

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 121

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 06 DE NOVEMBRO DE 2006

ANO XXXI

### *Mesa Executiva*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PMDB

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PMRB

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### *Lideranças*

Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Nelson Garcia  
PMDB ..... Antonio Anibelli  
PT ..... Ângelo Vanhoni  
PDT ..... Luiz Carlos Martins  
PPS ..... Waldir Leite  
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB ..... Jocelito Canto  
Bloco Parlamentar PP/PSB ..... Cida Borghetti

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

## S U M Á R I O

### **DIÁRIO Nº 121**

### **99ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 02**

#### **Expediente:**

Requerimentos ..... 03

Projetos de Lei ..... 11

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Barbosa Neto ..... 20

Dep. Nereu Moura ..... 20

Dep. Dobrandino da Silva ..... 22

Dep. Elton Carlos Welter ..... 23

#### **Grande Expediente:**

Dep. Neivo Beraldin ..... 24

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do Bloco PTB/PL/PRB

Dep. Jocelito Canto ..... 27

Liderança do PDT

Dep. Barbosa Neto ..... 28

Liderança da Oposição

Dep. Barbosa Neto ..... 30

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 30

Discussão / Votação:

Redação Final ..... 31

3ª Discussão ..... 31

2ª Discussão ..... 31

1ª Discussão ..... 31

Requerimentos ..... 32

**Encerramento da Sessão ..... 32**

#### **Publicações:**

Programa de Demissão Voluntária

Pedido de Adesão ..... 33

### **DIÁRIO Nº 121**

### **99ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**

#### **15ª LEGISLATURA**

#### **ATA DA 99ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **REALIZADA EM**

**06 DE NOVEMBRO DE 2006**

*(segunda-feira)*

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Pedro Ivo Ilkiv, secretariado pelo Sr. Deputado Reni Pereira pela Sra. Deputada Cida Borghetti.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Elio Rusch,

Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Nishimori, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Vanderlei Iensen (44).

Ausentes os Srs. Deputados: Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Durval Amaral, Miltinho Pupio, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães e Waldir Leite (07).

Em licença médica os Srs. Deputados: Luiz Fernandes da Silva Litro e Marcos Isfer (02).

Em licença o Sr. Deputado Hermas Brandão (01).

#### **Abertura da Sessão:**

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

### ***Requerimentos***

#### **REQUERIMENTO Nº 2295**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para a Mensagem nº 064/06, Projeto de Lei nº 507/06, de autoria do Poder Executivo, que objetiva autorizar o Poder Executivo a proceder reversão ao patrimônio do município de Arapongas.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### **REQUERIMENTO Nº 2296**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para a Mensagem nº 062/06, Projeto de Lei nº 483/06, de autoria do Poder Executivo, que objetiva criar, no âmbito da Polícia Civil do Estado do Paraná, o Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente Vítimas de Crimes - Nucría e o Núcleo de Repressão aos Crimes Contra a Saúde - Nucrisa.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### **REQUERIMENTO Nº 2297**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para a Mensagem nº 061/06, Projeto de Lei nº 482/06, de autoria do Poder Executivo, que solicita a aprovação de um crédito suplementar no valor de R\$ 3.456.000,00 (três milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil reais) e de um reajuste orçamentário no valor de R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### **REQUERIMENTO Nº 2298**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para a Mensagem nº 060/06, Projeto de Lei nº 481/06, de autoria do Poder Executivo, que altera os dispositivos que especifica, da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996 (Lei do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS).

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### **REQUERIMENTO Nº 2299**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para a Mensagem nº 059/06, Projeto de Lei nº 480/06, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso à Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### **REQUERIMENTO Nº 2300**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para a Mensagem nº 058/06, Projeto de Lei nº 479/06, de autoria do Poder Executivo, que objetiva revogar a Lei nº 13.971, de 26 de dezembro de 2002 e a de nº 14.999, de 26 de janeiro de 2006.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### **REQUERIMENTO Nº 2301**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para a Mensagem nº 055/06, Projeto de Lei nº 425/06, de autoria do Poder Executivo, que visa corrigir conflitos de interpretação entre a Lei Complementar Estadual nº 107, de 11 de janeiro de 2005 e outras normas legais de cunho específico.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### **REQUERIMENTO Nº 2302**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para a Mensagem nº 054/06, Projeto de Lei nº 424/06, de autoria do Poder Executivo, que objetiva adotar medidas efetivas destinadas à redução de custos pelo Estado do Paraná na persecução pela via judicial, dos

seus créditos tributários ou não, inscritos na Dívia Ativa após 1º de setembro de 2006.

Sala das Sessões, em 06.11.06.  
(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### REQUERIMENTO Nº 2303

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para a Mensagem nº 053/06, Projeto de Lei nº 391/06, de autoria do Poder Executivo, que objetiva alterar os dispositivos que especifica, da Lei nº 14.231, de 27 de novembro de 2003 (Lei de Definição de Critérios para a Escolha de Diretores e Diretores Auxiliares de Rede Estadual de Educação, mediante Consulta à Comunidade Escolar).

Sala das Sessões, em 06.11.06.  
(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### REQUERIMENTO Nº 2304

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para a Mensagem nº 052/06, Projeto de Lei nº 377/06, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, à União Paranaense dos Estudantes - UPE, imóvel de propriedade do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 06.11.06.  
(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### REQUERIMENTO Nº 2305

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para a Mensagem nº 051/06, Projeto de Lei nº 376/06, cria na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - Sema, 01 cargo de provimento em comissão com a denominação de "Coordenador" e simbologia DAS-2.

Sala das Sessões, em 06.11.06.  
(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### REQUERIMENTO Nº 2306

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER regime de urgência para a Mensagem nº 048/06, Projeto de Lei nº 363/06, de autoria do Poder Executivo, que visa a melhorar nos empreendimentos as quais evitarão cortes de energias programas e indisponibilidade accidental, dada a existência de novas linhas de transmissão, mediante que beneficiará o consumidor paranaense tanto em termos de qualidade como, em última instância, de custo de energia.

Sala das Sessões, em 06.11.06.  
(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### REQUERIMENTO Nº 2308

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 311/06, que autoriza o Poder Executivo Estadual a efetuar cessão de uso de imóvel à Prefeitura Municipal de Barracão.

Sala das Sessões, em 06.11.06.  
(a) CAÍTO QUINTANA

#### REQUERIMENTO Nº 2310

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja inserido em Ata dos Trabalhos deste Poder Legislativo, voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Luiz Carlos Blanc, comerciante, foi Diretor em Ponta Grossa do Departamento de Águas e Saneamento, empresa que antecedeu a Sanepar no município, foi organizador dos Jogos Estudantis da Primavera, uma das mais antigas competições esportivas amadoras do Paraná, foi Presidente da Associação Comercial e Industrial de Ponta Grossa, foi Diretor Administrativo do Tecpar. Pai e esposo amado, querido e respeitado por seus amigos, ocorrido no dia 02 de novembro último em Ponta Grossa.

Requer ainda, que após aprovado, seja enviada cópia do presente requerimento à família enlutada: Rua Itupava, 355, Bairro Alto da Glória, CEP: 80.060-250, Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 06.11.06.  
(a) JOCELITO CANTO

#### REQUERIMENTO Nº 2307

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-Prefeito Municipal de Guaraqueçaba, Sr. Antonio Felício Ramos Filho (Pirambeira), ocorrido dia 31 de outubro/06.

Requer, outrossim, que, da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 06.11.06.  
(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Aos 64 anos de idade faleceu o ex-Prefeito Municipal de Guaraqueçaba, Sr. Antonio Felício Ramos Filho, que deixou viúva a Sra. Ozira Costa Ramos. Deixou ainda 03 filhos e 05 netos.

Antonio Felício Ramos Filho, nasceu em Ariri - São Paulo; filho de Antonio Felício Ramos e D. Inácia Maria da Silva. Aos 12 anos de idade mudou-se para Guaraqueçaba onde foi pescador, palmitreiro... e Delegado de Polícia.

Na política iniciou como Vereador, Vice-Prefeito e Prefeito Municipal por dois mandatos: 1993 a 1997 e 2000 a 2004, no município de Guaraqueçaba.

O passamento de nosso amigo e companheiro, Pirambeira, como era carinhosamente chamado, veio entristecer profundamente não apenas seus familiares, mas o povo de Guaraqueçaba a quem devotavam grande estima, assim como nós.

Rogamos ao Pai Celeste que nossos amigos, familiares de Antonio Felício, encontrem na fé e na esperança o consolo necessário neste momento tão difícil.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Parlamentar, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Ramos, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

#### REQUERIMENTO Nº 2340

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, voto de profundo pesar pelo falecimento, aos 53 anos, do Dr. Antonio da Costa Funfas Neto.

Requer, também, envio de correspondência à família enlutada, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2346

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Balbina Marchiore, que residia no município de Campo Largo-PR.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades. A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 2351

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de pesar pelo falecimento do Sr. Adécio Marques da Silva, Vereador por três mandatos no município de Sarandi.

O município de Sarandi está consternado pelo acidente que vitimou o seu Vereador e o Legislativo do Estado do Paraná se solidariza com o povo daquele município que perde de forma dramática um dos seus legisladores.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

#### REQUERIMENTO Nº 2287

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 491/06, de autoria do Deputado José Maria Ferreira, tendo em vista que a entidade Centro Ouro Branco de Assistência do Menor de Londrina foi declarado de Utilidade Pública pela Lei nº 10.645/93.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) PEDRO IVO ILKIV

#### REQUERIMENTO Nº 2311

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a prorrogação do prazo para entrega das Emendas ao Projeto de Lei nº 487/06, que dispõe sobre o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 2007, até o dia 17 de novembro de 2006.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) EDSON STRAPASSON

#### REQUERIMENTO Nº 2291

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, que a Secretária de Estado da Cultura, Sra. Vera Haj Mussi, e ao Diretor da Rádio e Televisão Educativa do Paraná, Sr. Marcos Antonio Batista, que forneça a essa Casa de Leis, cópia na íntegra, da entrevista coletiva concedida pelo Sr. Governador Roberto Requião, na tarde de 30 de outubro de 2006, no Palácio Iguazu.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, ELIO RUSCH, VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO e BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2342

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE à egrégia Assembléia Legislativa inserção nos Anais desta Casa, de voto de congratulações a D. Pedro Antonio Marchetti Fedalto, arcebispo emérito, pelo transcurso do 80º aniversário, comemorado no último dia 11 de agosto, em Celebração Eucarística de ação de graças, na Catedral Basílica Nossa Senhora da Luz.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A Igreja Católica, em Curitiba e no Paraná, comemorou neste 11 de agosto, o transcurso do aniversário de

80 anos do nosso arcebispo emérito, D. Pedro Antonio Marchetti Fedalto.

Ocasão de recordarmos este padre admirável, que recebeu a unção sagrada, no ano do centenário do Paraná.

Há o D. Pedro da colônia Rebouças. Filho amoroso da generosa casa italiana dos Marchetti Fedalto. Onde o vinho vertido, o vime trançado, a polenta mexida e a terra cultivada com amor - entre terços dedicados a N. Sra. do Carmo e resposos ditos a Santo Antônio - formaram o homem trabalhador, cordial e amigo.

Há o meticuloso D. Pedro historiador, autor do livro “A Arquidiocese de Curitiba e sua História”, fonte preciosa para todos que queiram saber das raízes da fé no Paraná. Afinal, é restrito o acesso aos livros de Tombo das velhas matrizes, manuscritos dos séculos XVII e XVIII em diante.

Este D. Pedro, herdeiro da erudição do Seminário de Mariana, que foi o grande incentivador do Museu de Arte Sacra que, juntos, tivemos o júbilo de instalar, no anexo da Igreja da Ordem.

O mesmo D. Pedro, que nos deu a alegria - ao tempo da nossa Prefeitura quando dos 300 anos de Curitiba - da parceria que restaurou a Catedral Metropolitana.

Catedral que ele conseguiria à Sua Santidade o Papa João Paulo II, fosse elevada à Basílica Curitibana de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais.

Arcebispo, incansável, viu a cidade crescer. Quando começou, eram apenas 79 as paróquias da Arquidiocese. Hoje são 156. E 1200, as capelas, onde o povo de Deus recebe os sacramentos e ouve a proclamação do Evangelho de Jesus Cristo. Este é o D. Pedro construtor.

A mais nova igreja é a bela matriz de Santa Madalena Sofia e Santo Expedito, que Frei Cássio Vieira de Lima dedicou ao quando do Jubileu do nosso Arcebispo, consagrada no último dia de Ação de Graças, em Higienópolis, Curitiba.

Lembro a primeira reunião de D. Pedro Fedalto e D. Albano Cavallin com os técnicos do IPPUC, preocupados em ver para onde a cidade iria crescer, e definir paróquias novas: no Tatuquara, na Vila São Pedro, Campo de Santana, Bairro Novo, Gleba da Ordem, Moradas Santa Rita.

D. Pedro Fedalto também é o pastor enérgico das causas sociais. Soube compreender os sinais dos tempos. E esteve ao lado do povo sofredor. Na “Comissão Justiça e Paz em defesa de presos políticos”, que implantou, admiravelmente conduzida pelo seu bispo auxiliar de então D. Domingos Wisniewski, atual bispo de Apucarana. Nas “Diretas Já”. Na luta pela “Reforma Agrária”, que D. Ladislau Biernaski ainda acompanha. E no movimento: “A Copel é nossa”.

Sua doçura apostólica é revelada nas visitas, quase anônimas, à cabeceira dos sofredores, nos hospitais de Curitiba, no Albergue São João Batista, nas casas das famílias.

É pai consolador de tantos quantos provam o pão da amargura e do desemprego.

Com o coração pleno de comiseração, usual sua chegada, nas madrugadas, sem as vestes talaras de arcebispo, em costumes de humilde sacerdote, para dizer o terço dos defuntos, e consolar quem perdeu entes queridos, e os está por sepultar.

Chanceler da Universidade Católica do Paraná, empenhou-se e viu sua transformação, com a chancela papal, na poderosa PUC, Pontifícia Universidade, que eleva o ensino superior no Brasil.

A grande celebração - presidida pelo Núcleo Apostólico, no estádio do Coritiba, no dia 12 de dezembro de 2003, com todo o episcopado local e boa parte do brasileiro - não foi suficiente para materializar toda a gratidão, desta cidade e do seu povo, ao nosso arcebispo.

Nosso Pedro, batizado com o nome do “Príncipe dos Apóstolos”, herdou-lhe a disposição de pescar almas, seguindo o mandato do Senhor. Buscou-as incansavelmente, nas águas mais profundas. Cumpriu a missão. O amor é a condição da missão. Agora, dizem, vai resignar. Deus abençoe e recompense D. Pedro Fedalto.

Seja este voto encaminhado ao Arcebispo de Curitiba, D. Moacir José Vitti, Avenida Jaime Reis 369; CEP 80.510-010, ao arcebispo emérito, D. Pedro Fedalto, Cx. Postal: 11079 - CEP:80.440-970.

#### REQUERIMENTO Nº 2312

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Newton Bonin, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 2313

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Alcemar Boing, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 2314

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o

douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Vilmar Agostinho Durante, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 2315

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Umberto Cilião Sacchelli, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 2316

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Valmir Ratti, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 2317

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado a Sra. Tereza Santos, empresária que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 2318

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconheci-

mento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Carlos Alberto Boaron Rodrigues, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 2319

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. José Carlos Bittencourt, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 2320

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Luiz Sérgio Wosniaki, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 2321

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Wilson Abage, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 2322

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconheci-

mento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Ivo José Ferreira, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 2323

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à Comunidade e - como tal encaminhado ao Sr. Dagoberto Azevedo Bueno Filho, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 2324

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado a Sra. Alessandra Carvalho, empresária que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 2325

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Rodrigo de Carvalho, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 2326

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconheci-

mento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Odilon Antonio de Carvalho Junior, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 2327

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovado voto de louvor e reconhecimento por serviços prestados à comunidade e como tal encaminhado ao Sr. Odilon Antonio de Carvalho, empresário que tem desenvolvido extraordinária atividade no Estado do Paraná, através de seus empreendimentos, gerando emprego e renda à população, e praticando os princípios da justiça social e do desenvolvimento.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) RATINHO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 2328

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Profª Maria Aparecida Vivan de Carvalho. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2329

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Profª Vera Lúcia Tieko Suguihiro.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência a homenageada da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2330

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o



douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Profª Maria Júlia Giannasi. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência a homenageada da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2331

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Prof. Luiz Carlos Bruschi. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2332

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Prof. Antonio Carlos Mastine. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2333

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Prof. Ézio Dolci. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2334

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos

da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Profª Elza Maria Mendes Pessoa Pullin. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2335

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Profª Enezilda de Lima. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência à homenageada da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2336

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Prof. José Antonio Oliveira do Nascimento.

A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, de que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2337

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Prof. Hamil Adum Filho. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2338

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos

da Sessão de hoje, voto de regozijo à Sra. Cristina Castelo Branco Nascimento. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por essa senhora à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2349

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Prof. José Aloyseo Bzuneck. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2350

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Prof. Nardir Antonio Sperandio. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2352

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Prof. Márcio José de Almeida. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2309

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada, com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado ao Governador do Estado, Roberto Requião, ao Secretário de Estado

da Educação e à Presidente da Fundepar, encaminhando reivindicação da Câmara Municipal de Sarandi, no sentido da liberação de recursos para a construção do Centro Municipal de Educação no Jardim Verão, no município de Sarandi.

As mães que residem no Jardim Verão e adjacências não têm onde deixar os filhos no período de trabalho, situação que vem dificultando o desenvolvimento das atividades dessas famílias, em desfavor dos menores.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 2339

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Roberto Ferreira do Valle, Juiz Corregedor da Vara de Execuções Penais de Londrina, solicitando providências com relação ao Sr. Célio Justino, que se encontra há um ano na Casa de Custódia de Londrina, sem condenação e com crises depressivas e convulsões.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 2341

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE o envio ao Governador do Estado, de carta e projeto anexo, onde a Cootrafer - Cooperativa dos Trabalhadores de Serviços e em Transportes Ferroviários do Litoral do Paraná, propõe projeto para a reativação da malha ferroviária do Porto de Paranaguá e Antonina, para carregamento de fertilizantes.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O projeto proposto no anexo da carta, objetiva demonstrar a viabilização da reativação e operação da malha ferroviária do Porto de Paranaguá e de Antonina que pertence à APPA, pela Cootrafer - Cooperativa dos Trabalhadores de Serviços e em Transportes Ferroviários do Litoral do Paraná.

Conforme o Sr. Lourenço Veiga, fone: (41) 9139-3666, Presidente da Cootrafer, esclarece que a malha ferroviária que dá acesso ao corredor de exportação de cereais, operada pela ALL, não está cumprindo o contrato firmado.

Desta forma solicito que o presente pedido, seja analisado pelos técnicos dos respectivos portos, de acordo com as leis vigentes no País.

Seja este requerimento encaminhado à autoridade nominada e também ao Sr. Lourenço Veiga, Av. Arthur de Abreu, 124 - Estação Ferroviária - Paranaguá/PR - CEP 83.203-210.

## REQUERIMENTO Nº 2348

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, Exmo. Sr. Cláudio Murilo Xavier, solicitando providências em relação ao exposto pelo Sr. Manoel Pereira de Jesus.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) BARBOSA NETO

## REQUERIMENTO Nº 2294

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada, com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja endereçada correspondência ao Governador do Paraná, Exmo. Sr. Roberto Requião, bem como à Diretora Presidente da Fundepar, Sra. Sandra Berenice Ferrari Turra, solicitando dos mesmos a liberação de recursos para reformar os banheiros da Escola Estadual Sílvio Magalhães Barros, em Maringá, conforme reivindicação da Câmara Municipal daquela municipalidade.

Destaca-se, outrossim, que existe o protocolo 8225109 oriundo do Núcleo Regional de Educação de Maringá, solicitando verba extra através de cota do fundo rotativo para a referida escola, haja vista que atualmente a cota destinada à escola não é suficiente para custear as despesas normais da escola e ainda promover a reforma dos banheiros, que se encontram em situação sanitária insustentável.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) CIDA BORGHETTI

## REQUERIMENTO Nº 2285

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER à Mesa, na forma do inciso XIX do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Educação do Estado do Paraná, solicitando as seguintes Informações:

1 - Existe projeto de instalação de turmas no período noturno na Escola Estadual Santa Felicidade?

2 - Há estudos sobre as condições estruturais para a implementação de turmas no período noturno?

3 - Qual o prazo previsto para a implantação das aulas em período noturno na referida escola?

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

Essas informações são importantes para a comunidade escolar e para a população da região.

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do Deputado Estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

Estas são as razões do pedido.

## REQUERIMENTO Nº 2293

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de pedido de informações ao Sr. Luiz Dernizo Caron - Secretário de Estado de Obras Públicas, no sentido de esclarecer as seguintes questões:

1 - Em 29 de maio de 2006 foi aprovado um requerimento encaminhado para esta Secretaria de Estado, que solicitava a construção de uma passarela para a passagem de pedestres sobre a Rodovia Deputado João Leopoldo Jacomel, ligando os Bairros Jardim Triângulo e Vila Maria Antonieta no município de Pinhais. Existe estudo técnico e projeto para a construção da referida passarela?

2 - Qual será o custo para construção da referida passarela? Enviar uma planilha de custos para posterior inclusão de Emenda a Lei Orçamentária do Exercício de 2007.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

## REQUERIMENTO Nº 2347

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de pedido de informação ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, questionando o Protocolo Geral do Estado 9.059.364-1, conforme segue documentos em anexo, o qual solicita a revogação do sistema de georeferenciamento, adotado pela Secretaria de Estado da Educação, em função dos prejuízos pedagógicos e educacionais que a implantação deste sistema poderá ocasionar.

Sala das Sessões, em 06.11.06.

(a) BARBOSA NETO

## *Projetos de Lei*

## PROJETO DE LEI Nº 515/06

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica reconhecida a Associação Brasileira dos Guias de Turismo - ABGTUR, sociedade civil sem fins lucrativos, com foro e sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, situada à Rua Profa. Olga Balster,

2177, inscrita no CNPJ sob o nº 03.415.267/0001-38, a qualidade de entidade de utilidade pública estadual.

Art. 2º A Associação Brasileira dos Guias de Turismo - ABGTUR, nessa qualidade, poderá gozar de todos os benefícios administrativos e tributários decorrentes dessa qualidade, previstos na legislação estadual.

Art. 3º A Associação Brasileira dos Guias de Turismo - ABGTUR, conservará a qualidade que lhe reconhece esta lei se e enquanto mantiver a prestação gratuita de serviços de atendimento e promoção social à comunidade em geral, elaborando projetos e campanhas educativas utilizando o Fundo de Assistência Comunitária, ações estas que serão periodicamente atestados pelo Estado por meio do Provopar.

Parágrafo único. Incumbe ao Provopar determinar os critérios e períodos através dos quais procederá à certificação dos serviços de utilidade pública prestados pela Associação Brasileira dos Guias de Turismo - ABGTUR.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06.11.2006.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

Embora a consabida distinção entre os institutos da isenção e da imunidade tributária, ambos constituem limitações ao poder de tributar, estando assim condicionados à verificação dos requisitos estabelecidos no artigo 14 do Código Tributário Nacional, que, na sua parte geral, embora lei ordinária, cumpre função de lei complementar, conforme iterativos pronunciamentos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (STJ, Rec. Esp. 93.255, Rel. Min. Ari Pargendler, j. em 02/06/97, DJU 23/06/97).

É o que assevera Misabel Derzi<sup>1</sup>:

*A Constituição de 1988, no mesmo caminho traçado pelo texto anterior, dispõe sobre a imunidade das atividades, uma vez “atendidos os requisitos da lei”. A norma não tem, portanto, eficácia plena e incontestável, como a (imunidade) recíproca, mas os seus efeitos dependem do preenchimento dos requisitos previstos em lei complementar.*

*À luz da Constituição de 1988, não resta dúvida de que somente lei complementar da União pode cumprir os ditames do artigo 150, VI, c, por força do que estabelece o artigo 146, II.*

*Não se deve sustentar mais a tese de que lei ordinária possa cumprir o papel de regular as imunidades, porque:*

*- a Constituição em vigor é expressa ao exigir a edição de lei complementar no seu artigo 146, supra citado;*

*- a imunidade não pode ser regulada por lei ordinária de pessoa estatal competente para tributar, uma vez que os interesses arrecadatórios de tais entes levariam à frustração da própria imunidade.*

*Hoje, o artigo 14 do Código Tributário Nacional, unanimemente reconhecido pela doutrina e pela jurisprudência como lei complementar no sentido “material” supre tal função, dispondo sobre os “requisitos” exigidos pela Constituição.*

Para concluir mais adiante:

*Não cabe ao intérprete - e essa tem sido a posição jurisprudencial uniforme - ou ao legislador ordinário criar outros requisitos não-previstos em lei complementar, tais como a declaração legal de utilidade pública, a exigência de fundação como único veículo formal ao desenvolvimento das atividades educacionais e assistenciais etc.*

Hugo de Brito Machado<sup>2</sup> compartilha do mesmo entendimento sobre o assunto:

*“A imunidade das instituições de educação e de assistência social, todavia, é condicionada. Só existe para aquelas instituições sem fins lucrativos, conceito que também tem sido muito mal compreendido. A lei não pode acrescentar requisitos a serem atendidos. Basta que não tenham fins lucrativos. É razoável, todavia, entender-se que não ter finalidade lucrativa pode traduzir-se no atendimento dos requisitos do artigo 14 do Código Tributário Nacional.*

Neste mesmo diapasão, Roque Carazza<sup>3</sup>:

*Entendemos que a referida lei só pode ser complementar (nunca ordinária), justamente porque vai regular uma imunidade tributária, que é uma “limitação constitucional ao poder de tributar”. Ora, as limitações constitucionais ao poder de tributar, nos termos do artigo 146, II, da Constituição Federal, só podem ser reguladas por meio de lei complementar. (...) Muito bem: estamos plenamente convencidos de que faz as vezes de tal lei complementar o artigo 14 do Código Tributário Nacional. (...) Em suma, o artigo 14, I a III, do Código Tributário Nacional dá plena eficácia e total aplicabilidade ao artigo 150, VI, c, da Constituição Federal.*

Na mesma esteira, Ives Gandra Martins<sup>4</sup> consigna:

*... a lei a que fez menção o constituinte é a lei complementar, como já a doutrina e a jurisprudência tinham perfilado no passado, representando o Código Tributário*

1. Na atualização do livro Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar de Aliomar Balleiro, 7ª Edição, Editora Forense.

2. Curso de Direito Tributário, 12ª Ed. 197/198

3. in parecer formulado a pedido de Parana Previdência, pág. 14, cópia em anexo.

4. Comentários à Constituição do Brasil, 6º vol., tomo I, São Paulo, Saraiva, 1990, p. 185

*Nacional tal impositor de requisitos. É que, se ao legislador ordinário fosse outorgado o direito de estabelecer condições à imunidade constitucional, poderia inviabilizá-la “pro domo suo”. Por esta razão, a lei complementar, que é a lei nacional e da Federação, é a única capaz de impor limitações, de resto, já plasmadas no artigo 14 do Código Tributário Nacional.*

Também Sacha Calmon Navarro Coelho<sup>1</sup>:

*... se a lei ordinária, federal, estadual ou municipal pudesse regular limitação ao poder de tributar da União, dos Estados e dos Municípios, assistiríamos ao despautério dos entes vedados regularem as limitações postas contra eles. Seria como permitir ao condenado o poder de dosimetrar a própria pena...*

Esta Suprema Corte, quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.028-DF, reconheceu que eventual regulamentação das hipóteses imunizantes previstas na Constituição dependem de Lei Complementar, por força da exegese do artigo 146 da mesma Carta. Embora extensa, permite-se transcrever parte da fundamentação esboçada pelo Ministro Marco Aurélio, referendada pelo Plenário:

*A toda evidência, adentrou-se o campo da limitação ao poder de tributar e procedeu-se - ao menos é a conclusão neste primeiro exame - sem observância da norma cogente do inciso II do artigo 146 da Constituição Federal. Cabe à lei complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.*

*A cláusula que remete à disciplina legal - e, aí, tem-se a conjugação com o disposto no inciso II, do artigo 146 da Carta da República, pouco importa que nela própria não se haja consignado a especificidade do ato normativo - não é idônea a solapar o comando constitucional, sob pena de caminhar-se no sentido de reconhecer a possibilidade de o legislador comum vir a mitigá-lo, a temperá-lo. As exigências estabelecidas em lei não podem implicar verdadeiro conflito com o sentido, revelando pelos costumes, da expressão “entidades beneficentes de assistência social”.*

Esta também é orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça:

RESP. nº 27.261-4/MG

Relator: Ministro Garcia Vieira

In Revista do Superior Tribunal de Justiça nº 48

Ementa:

*“Vedação ao Poder de Tributar - Instituição Social - Cumprimento - Requisitos Legais. A imunidade é instituída pela Constituição Federal e tem aplicabilidade imediata, independentemente de regulamentação. A questão se resume em saber se a instituição satisfaz os requisitos do artigo 14 do CTN.”*

1. Imunidades Tributárias, in *Imunidades Tributárias*, Pesquisas Tributárias nº 4, coordenador Ives Gandra da Silva Martins, co-edição Centro de Extensão Universitário, São Paulo, RT, 1998, pág. 228.

Na mesma direção segue a corrente jurisprudencial dos tribunais regionais em todo o Brasil:

Tribunal Regional Federal da 2ª Região

Segunda Turma

Apelação em Mandado de Segurança nº 24444

Relator: Juiz Castro Aguiar

Data da decisão: 23/05/2001

Ementa:

*“Mandado de Segurança - Imunidade Tributária - Rendimentos Auferidos em Aplicações em Fundos de Investimentos.*

*I - Para efeito do disposto no artigo 150, VI, “c”, da Constituição considera-se imune a instituição de educação que preste atividades sem fins lucrativos e que se preencha os requisitos da legislação complementar específica (CTN).*

*II - Apelação provida.*

Tribunal Regional Federal da 3ª Região

Sexta Turma

Recurso Ex-Ofício nº 97.03.025753-4

Relatora: Juíza Marli Ferreira

Publicação: DJ 17/03/1999, pág. 438.

Ementa:

*“Tributário. Constitucional. Imunidade. Instituições Religiosas, de Educação e Assistência Social. Imposto de Importação e IPI. Artigo 9º, IV, alínea “c” e artigo 14 do CTN. Artigo 150, VI, alínea “c” da Constituição Federal - Falta de Prova.*

*1. omissis...*

*2. omissis...*

*3. A imunidade retira das pessoas políticas de direito interno competência impositiva tributária, em favor de pessoas ou atividades que tenham como finalidade assegurar as liberdades públicas do cidadão, ou atender às razões de existência do próprio estado.*

*4. Sociedade filosófica-religiosa não tem só por essa razão direito a invocar a imunidade tributária, sem que atenda os artigos 9, IV, alínea “c” e artigo 14 do CTN, assim como o Artigo 150, VI, alínea “c” da Constituição Federal.*

*5. Sentença reformada integralmente.*

*6. Remessa oficial provida.”*

Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Segunda Turma

Apelação Cível nº 2000.04.01.027274-4/RS

Relator: Juiz Wilson Darós

Publicação: DJ nº 215-E, 08/11/2000

Ementa:

*“A imunidade só pode ser concedida pela Constituição, sendo exigido, para o estabelecimento dos requisitos à sua concessão, lei complementar, como estatuído no artigo 146 da Carta Política, pois a ela cabe regular as limitações constitucionais ao poder de tributar (CF, artigo 146, II).*

*Desta forma, os requisitos estabelecidos para a fruição da imunidade não são aqueles dispostos no artigo 55 da Lei nº 8.212, de 1991, mas sim no Código*

*Tributário Nacional, artigo 14, porquanto o mesmo possui força de lei complementar.*

Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Segunda Turma

Apelação Cível nº 2001.70.08.001839-2/PR.

Relator: Juiz Dirceu de Almeida Soares

Publicação: DJ2 nº 68, 10/04/2002, pág. 512

Ementa:

*“Tributário. Imunidade. Entidade de Caráter Assistencial e Filantrópico, artigo 195, parágrafo 7º da CF/88. Lei Complementar. Artigo 14 do CTN.*

*1. Embora a expressão isenção contida no parágrafo 7º do artigo 195 da CF/88, o Supremo Tribunal Federal (no julgamento da ADIN nº 2.028-5 de 14.07.1999), reconhece que a hipótese é de imunidade.*

*2. O artigo 195, parágrafo 7º, da CF/88 ao remeter à lei o estabelecimento das exigências legais para a concessão da imunidade, referiu-se à lei complementar, visto tratar-se de limitação ao poder de tributar (artigo 146, II, CF).*

*3. O Código Tributário Nacional, mesmo sendo lei ordinária em sua origem, foi recepcionado como lei complementar, sendo aplicável à espécie.*

*4. Afastada a aplicação dos artigos 1º, 4º, 5º e 7º da Lei nº 9.732/98, uma vez que restringem as hipóteses de imunidade estabelecidas pela Constituição.*

*5. Demonstrados os requisitos do artigo 14 do CTN, a entidade assistencial faz jus ao benefício da imunidade prevista no artigo 195, parágrafo 7º.”*

Assim, não há dúvida que, além de ser questão de justiça, o reconhecimento dos benefícios fiscais outorgados a Associação Brasileira dos Guias de Turismo - ABGTUR, por meio do projeto de lei em foco, seria decorrente até mesmo de sua condição de beneficiar-se da própria imunidade tributária, pois satisfaz os requisitos para reconhecimento, previstos *numerus clausus* no artigo 14 do Código Tributário Nacional, a constar:

- não distribuir lucros (14,I);
- aplicar integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (14, II);
- manter a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (14, III).

No caso, a Associação Brasileira dos Guias de Turismo - ABGTUR, em razão de sua própria natureza jurídica, cumpre estes três requisitos, pois:

- a) não distribui lucros ou subsídios de quaisquer espécies, mas reverte o que arrecada apenas para manter-se;
- b) por força de lei, todo seu orçamento é utilizado na manutenção dos objetivos institucionais, exclusivamente no território do Estado do Paraná;

c) nos termos da legislação federal e estadual que regem suas atividades, mantém rigoroso registro contábil de suas receitas e despesas.

Assim, a mesma condição de ente de Utilidade Pública Estadual, que tem sido reconhecida a vários entes que preenchem os mesmos requisitos, deve agora ser outorgada à Associação Brasileira dos Guias de Turismo - ABGTUR, que não só oferece atendimento completamente gratuito de serviços de atendimento e promoção social à comunidade em geral, elaborando projetos e campanhas educativas utilizando o Fundo de Assistência Comunitária.

A Associação busca parcerias e meios para a implementação das atividades da classe, bem como fomentar a iniciativa para um crescimento estrutural e para melhor qualificação profissional.

A ABGTUR conta com uma equipe de Guias de Turismo credenciados pela Embratur, que garantem a qualidade do trabalho prestados aos turistas.

A finalidade precípua da Associação é a integração e congregação social dos guias de turismo e demais associados, objetivando a sua inserção na sociedade.

Desenvolve suas atividades sem fins lucrativos, por meio dos seus congregados, presta serviços à comunidade em geral de forma gratuita, desenvolvendo projetos, programas e campanhas educativas, utilizando o Fundo de Assistência Comunitária e demais ações constituídas na forma do estatuto da entidade.

Em anexo, documentação comprobatória.

PROJETO DE LEI Nº 516/06

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica reconhecida a Associação Assistencial Amélie Boudet, com foro em Curitiba, sociedade civil sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 76.703.206/0001-40, a qualidade de entidade de utilidade pública estadual.

Art. 2º A Associação Assistencial Amélie Boudet, nessa qualidade, poderá gozar de todos os benefícios administrativos e tributários decorrentes dessa qualidade, previstos na legislação estadual.

Art. 3º A Associação Assistencial Amélie Boudet, conservará a qualidade que lhe reconhece esta lei se e enquanto mantiver a prestação gratuita de serviços de atendimento e promoção social aos carentes matriculados, sem qualquer discriminação, e será periodicamente atestado pelo Estado por meio do Provopar.

Parágrafo único. Incumbe ao Provopar determinar os critérios e períodos através dos quais procederá à certi-

ificação dos serviços de utilidade pública prestados pela Associação Assistencial Amélie Boudet.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.11.2006.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Embora a consabida distinção entre os institutos da isenção e da imunidade tributária, ambos constituem limitações ao poder de tributar, estando assim condicionados à verificação dos requisitos estabelecidos no artigo 14 do Código Tributário Nacional, que, na sua parte geral, embora lei ordinária, cumpre função de lei complementar, conforme iterativos pronunciamentos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (STJ, Rec. Esp. 93.255, Rel. Min. Ari Pargendler, j. em 02/06/97, DJU 23/06/97).

É o que assevera Misabel Derzi<sup>1</sup>:

*A Constituição de 1988, no mesmo caminho traçado pelo texto anterior, dispõe sobre a imunidade das atividades, uma vez “atendidos os requisitos da lei”. A norma não tem, portanto, eficácia plena e incontestável, como a (imunidade) recíproca, mas os seus efeitos dependem do preenchimento dos requisitos previstos em lei complementar.*

*À luz da Constituição de 1988, não resta dúvida de que somente lei complementar da União pode cumprir os ditames do artigo 150, VI, c, por força do que estabelece o artigo 146, II.*

*Não se deve sustentar mais a tese de que lei ordinária possa cumprir o papel de regular as imunidades, porque:*

*- a Constituição em vigor é expressa ao exigir a edição de lei complementar no seu artigo 146, supra citado;*

*- a imunidade não pode ser regulada por lei ordinária de pessoa estatal competente para tributar, uma vez que os interesses arrecadatários de tais entes levariam à frustração da própria imunidade.*

*Hoje, o artigo 14 do Código Tributário Nacional, unanimemente reconhecido pela doutrina e pela jurisprudência como lei complementar no sentido “material” supre tal função, dispondo sobre os “requisitos” exigidos pela Constituição.*

Para concluir mais adiante:

*Não cabe ao intérprete - e essa tem sido a posição jurisprudencial uniforme - ou ao legislador ordinário criar outros requisitos não-previstos em lei complementar, tais como a declaração legal de utilidade pública, a exigência de fundação como único veículo formal ao desenvolvimento das atividades educacionais e assistenciais etc.*

1. Na atualização do livro Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar de Aliomar Balleiro, 7ª Edição, Editora Forense.

Hugo de Brito Machado<sup>2</sup> compartilha do mesmo entendimento sobre o assunto:

*“A imunidade das instituições de educação e de assistência social, todavia, é condicionada. Só existe para aquelas instituições sem fins lucrativos, conceito que também tem sido muito mal compreendido. A lei não pode acrescentar requisitos a serem atendidos. Basta que não tenham fins lucrativos. É razoável, todavia, entender-se que não ter finalidade lucrativa pode traduzir-se no atendimento dos requisitos do artigo 14 do Código Tributário Nacional.*

Neste mesmo diapasão, Roque Carazza<sup>3</sup>:

*Entendemos que a referida lei só pode ser complementar (nunca ordinária), justamente porque vai regular uma imunidade tributária, que é uma “limitação constitucional ao poder de tributar”. Ora, as limitações constitucionais ao poder de tributar, nos termos do artigo 146, II, da Constituição Federal, só podem ser reguladas por meio de lei complementar. (...) Muito bem: estamos plenamente convencidos de que faz as vezes de tal lei complementar o artigo 14 do Código Tributário Nacional. (...) Em suma, o artigo 14, I a III, do Código Tributário Nacional dá plena eficácia e total aplicabilidade ao artigo 150, VI, c, da Constituição Federal.*

Na mesma esteira, Ives Gandra Martins<sup>4</sup> consigna:

*... a lei a que fez menção o constituinte é a lei complementar, como já a doutrina e a jurisprudência tinham perfilado no passado, representando o Código Tributário Nacional tal impositor de requisitos. É que, se ao legislador ordinário fosse outorgado o direito de estabelecer condições à imunidade constitucional, poderia inviabilizá-la “pro domo suo”. Por esta razão, a lei complementar, que é a lei nacional e da Federação, é a única capaz de impor limitações, de resto, já plasmadas no artigo 14 do Código Tributário Nacional.*

Também Sacha Calmon Navarro Coelho<sup>5</sup>:

*... se a lei ordinária, federal, estadual ou municipal pudesse regular limitação ao poder de tributar da União, dos Estados e dos Municípios, assistiríamos ao despautério dos entes vedados regularem as limitações postas contra eles. Seria como permitir ao condenado o poder de dosimetrar a própria pena...*

Esta Suprema Corte, quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.028-DF, reconheceu que eventual regulamentação das hipóteses imunizantes previstas na Constituição dependem de Lei Complementar, por força da exegese do artigo 146 da

2. Curso de Direito Tributário, 12ª Ed. 197/198

3. in parecer formulado a pedido de Parana Previdência, pág. 14, cópia em anexo.

4. Comentários à Constituição do Brasil, 6º vol., tomo I, São Paulo, Saraiva, 1990, p. 185

5. Imunidades Tributárias, in Imunidades Tributárias, Pesquisas Tributárias nº 4, coordenador Ives Gandra da Silva Martins, co-edição Centro de Extensão Universitário, São Paulo, RT, 1998, pág. 228.

mesma Carta. Embora extensa, permite-se transcrever parte da fundamentação esboçada pelo Ministro Marco Aurélio, referendada pelo Plenário:

*A toda evidência, adentrou-se o campo da limitação ao poder de tributar e procedeu-se - ao menos é a conclusão neste primeiro exame - sem observância da norma cogente do inciso II do artigo 146 da Constituição Federal. Cabe à lei complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.*

*A cláusula que remete à disciplina legal - e, aí, tem-se a conjugação com o disposto no inciso II, do artigo 146 da Carta da República, pouco importa que nela própria não se haja consignado a especificidade do ato normativo - não é idônea a solapar o comando constitucional, sob pena de caminhar-se no sentido de reconhecer a possibilidade de o legislador comum vir a mitigá-lo, a temperá-lo. As exigências estabelecidas em lei não podem implicar verdadeiro conflito com o sentido, revelando pelos costumes, da expressão “entidades beneficentes de assistência social”.*

Esta também é orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça:

*RESP. nº 27.261-4/MG*

*Relator: Ministro Garcia Vieira*

*In Revista do Superior Tribunal de Justiça nº 48*

*Ementa:*

*“Vedação ao Poder de Tributar - Instituição Social - Cumprimento - Requisitos Legais. A imunidade é instituída pela Constituição Federal e tem aplicabilidade imediata, independentemente de regulamentação. A questão se resume em saber se a instituição satisfaz os requisitos do artigo 14 do CTN.”*

Na mesma direção segue a corrente jurisprudencial dos tribunais regionais em todo o Brasil:

*Tribunal Regional Federal da 2ª Região*

*Segunda Turma*

*Apelação em Mandado de Segurança nº 24444*

*Relator: Juiz Castro Aguiar*

*Data da decisão: 23/05/2001*

*Ementa:*

*“Mandado de Segurança - Imunidade Tributária - Rendimentos Auferidos em Aplicações em Fundos de Investimentos.*

*I - Para efeito do disposto no artigo 150, VI, “c”, da Constituição considera-se imune a instituição de educação que preste atividades sem fins lucrativos e que se preencha os requisitos da legislação complementar específica (CTN).*

*II - Apelação provida.*

*Tribunal Regional Federal da 3ª Região*

*Sexta Turma*

*Recurso Ex-Ofício nº 97.03.025753-4*

*Relatora: Juíza Marli Ferreira*

*Publicação: DJ 17/03/1999, pág. 438.*

*Ementa:*

*“Tributário. Constitucional. Imunidade. Instituições Religiosas, de Educação e Assistência Social. Imposto de Importação e IPI. Artigo 9º, IV, alínea “c” e artigo 14 do CTN. Artigo 150, VI, alínea “c” da Constituição Federal - Falta de Prova.*

*1. omissis...*

*2. omissis...*

*3. A imunidade retira das pessoas políticas de direito interno competência impositiva tributária, em favor de pessoas ou atividades que tenham como finalidade assegurar as liberdades públicas do cidadão, ou atender às razões de existência do próprio estado.*

*4. Sociedade filosófica-religiosa não tem só por essa razão direito a invocar a imunidade tributária, sem que atenda os artigos 9, IV, alínea “c” e artigo 14 do CTN, assim como o Artigo 150, VI, alínea “c” da Constituição Federal.*

*5. Sentença reformada integralmente.*

*6. Remessa oficial provida.”*

*Tribunal Regional Federal da 4ª Região*

*Segunda Turma*

*Apelação Cível nº 2000.04.01.027274-4/RS*

*Relator: Juiz Wilson Darós*

*Publicação: DJ nº 215-E, 08/11/2000*

*Ementa:*

*“A imunidade só pode ser concedida pela Constituição, sendo exigido, para o estabelecimento dos requisitos à sua concessão, lei complementar, como estatuído no artigo 146 da Carta Política, pois a ela cabe regular as limitações constitucionais ao poder de tributar (CF, artigo 146, II).*

*Desta forma, os requisitos estabelecidos para a fruição da imunidade não são aqueles dispostos no artigo 55 da Lei nº 8.212, de 1991, mas sim no Código Tributário Nacional, artigo 14, porquanto o mesmo possui força de lei complementar.”*

*Tribunal Regional Federal da 4ª Região*

*Segunda Turma*

*Apelação Cível nº 2001.70.08.001839-2/PR.*

*Relator: Juiz Dirceu de Almeida Soares*

*Publicação: DJ2 nº 68, 10/04/2002, pág. 512*

*Ementa:*

*“Tributário. Imunidade. Entidade de Caráter Assistencial e Filantrópico, artigo 195, parágrafo 7º da CF/88. Lei Complementar. Artigo 14 do CTN.*

*1. Embora a expressão isenção contida no parágrafo 7º do artigo 195 da CF/88, o Supremo Tribunal Federal (no julgamento da ADIN nº 2.028-5 de 14.07.1999), reconhece que a hipótese é de imunidade.*

*2. O artigo 195, parágrafo 7º, da CF/88 ao remeter à lei o estabelecimento das exigências legais para a concessão da imunidade, referiu-se à lei complementar, visto tratar-se de limitação ao poder de tributar (artigo 146, II, CF).*

*3. O Código Tributário Nacional, mesmo sendo lei*



*ordinária em sua origem, foi recepcionado como lei complementar, sendo aplicável à espécie.*

4. *Afastada a aplicação dos artigos 1º, 4º, 5º e 7º da Lei nº 9.732/98, uma vez que restringem as hipóteses de imunidade estabelecidas pela Constituição.*

5. *Demonstrados os requisitos do artigo 14 do CTN, a entidade assistencial faz jus ao benefício da imunidade prevista no artigo 195, parágrafo 7º.”*

Assim, não há dúvida que, além de ser questão de justiça, o reconhecimento dos benefícios fiscais outorgados a Associação Assistencial Amélie Boudet, por meio do projeto de lei em foco, seria decorrente até mesmo de sua condição de beneficiar-se da própria imunidade tributária, pois satisfaz os requisitos para reconhecimento, previstos *numerus clausus* no artigo 14 do Código Tributário Nacional a constar:

- não distribuir lucros (14,I);
- aplicar integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (14, II);
- manter a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (14, III).

No caso, a Associação Assistencial Amélie Boudet, em razão de sua própria natureza jurídica, cumpre estes três requisitos, pois:

a) não distribui lucros ou subsídios de quaisquer espécies, mas reverte o que arrecada apenas para manter-se;

b) por força de lei, todo seu orçamento é utilizado na manutenção dos objetivos institucionais, exclusivamente no território do Estado do Paraná;

c) nos termos da legislação federal e estadual que regem suas atividades, mantém rigoroso registro contábil de suas receitas e despesas.

Assim, a mesma condição de ente de Utilidade Pública Estadual, que tem sido reconhecida a vários entes que preenchem os mesmos requisitos, deve agora ser outorgada a Associação Assistencial Amélie Boudet, que tem por finalidade o fornecimento de cursos gratuitos para a formação de mão-de-obra, em diversos segmentos da sociedade, sem qualquer discriminação, fornecendo o espaço físico e os professores, amparo às gestantes, fornecimento de alimentos e roupas, alfabetização de adultos e crianças e educação cristã, como também ensino profissionalizante.

Disponibilizará também, todos os materiais indispensáveis ao objetivo da mesma, gratuitamente aos alunos credenciados.

Em anexo, documentação comprobatória.

PROJETO DE LEI Nº 517/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

## D E C R E T A :

Art. 1º Fica reconhecida a Associação de Moradores da Rua Eugênio Link e Adjacências, sociedade civil

sem fins lucrativos, com foro e sede na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, situada à Rua Eugênio Link, 45 - Bairro da Fazendinha, inscrita no CNPJ sob o nº 07.567.881/0001-76, a qualidade de entidade de utilidade pública estadual.

Art. 2º A Associação de Moradores da Rua Eugênio Link e Adjacências, nessa qualidade, poderá gozar de todos os benefícios administrativos e tributários decorrentes dessa qualidade, previstos na legislação estadual.

Art. 3º A Associação dos Moradores da Rua Eugênio Link e Adjacências, conservará a qualidade que lhe reconhece esta lei se e enquanto mantiver a prestação gratuita de serviços de atendimento e promoção social, desenvolvimento humano, cultural, econômico e de bem-estar à comunidade, que será periodicamente atestado pelo Estado por meio do Provopar.

Parágrafo único. Incumbe ao Provopar determinar os critérios e períodos através dos quais procederá à certificação dos serviços de utilidade pública prestados pela Associação de Moradores da Rua Eugênio Link e Adjacências.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 06.11.2006.

(a) RAFAEL GRECA

## JUSTIFICATIVA:

Embora a consabida distinção entre os institutos da isenção e da imunidade tributária, ambos constituem limitações ao poder de tributar, estando assim condicionados à verificação dos requisitos estabelecidos no artigo 14 do Código Tributário Nacional, que, na sua parte geral, embora lei ordinária, cumpre função de lei complementar, conforme iterativos pronunciamentos do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça (STJ, Rec. Esp. 93.255, Rel. Min. Ari Pargendler, j. em 02/06/97, DJU 23/06/97).

É o que assevera Misabel Derzi<sup>1</sup>:

*A Constituição de 1988, no mesmo caminho traçado pelo texto anterior, dispõe sobre a imunidade das atividades, uma vez “atendidos os requisitos da lei”. A norma não tem, portanto, eficácia plena e incontestável, como a (imunidade) recíproca, mas os seus efeitos dependem do preenchimento dos requisitos previstos em lei complementar.*

*À luz da Constituição de 1988, não resta dúvida de que somente lei complementar da União pode cumprir os ditames do artigo 150, VI, c, por força do que estabelece o artigo 146, II.*

---

1. Na atualização do livro Limitações Constitucionais ao Poder de Tributar de Aliomar Balleiro, 7ª Edição, Editora Forense.

*Não se deve sustentar mais a tese de que lei ordinária possa cumprir o papel de regular as imunidades, porque:*

*- a Constituição em vigor é expressa ao exigir a edição de lei complementar no seu artigo 146, supra citado;*

*- a imunidade não pode ser regulada por lei ordinária de pessoa estatal competente para tributar, uma vez que os interesses arrecadatários de tais entes levariam à frustração da própria imunidade.*

*Hoje, o artigo 14 do Código Tributário Nacional, unanimemente reconhecido pela doutrina e pela jurisprudência como lei complementar no sentido “material” supre tal função, dispondo sobre os “requisitos” exigidos pela Constituição.*

Para concluir mais adiante:

*Não cabe ao intérprete - e essa tem sido a posição jurisprudencial uniforme - ou ao legislador ordinário criar outros requisitos não-previstos em lei complementar, tais como a declaração legal de utilidade pública, a exigência de fundação como único veículo formal ao desenvolvimento das atividades educacionais e assistenciais etc.*

Hugo de Brito Machado<sup>1</sup> compartilha do mesmo entendimento sobre o assunto:

*“A imunidade das instituições de educação e de assistência social, todavia, é condicionada. Só existe para aquelas instituições sem fins lucrativos, conceito que também tem sido muito mal compreendido. A lei não pode acrescentar requisitos a serem atendidos. Basta que não tenham fins lucrativos. É razoável, todavia, entender-se que não ter finalidade lucrativa pode traduzir-se no atendimento dos requisitos do artigo 14 do Código Tributário Nacional.*

Neste mesmo diapasão, Roque Carazza<sup>2</sup>:

*Entendemos que a referida lei só pode ser complementar (nunca ordinária), justamente porque vai regular uma imunidade tributária, que é uma “limitação constitucional ao poder de tributar”. Ora, as limitações constitucionais ao poder de tributar, nos termos do artigo 146, II, da Constituição Federal, só podem ser reguladas por meio de lei complementar. (...) Muito bem: estamos plenamente convencidos de que faz as vezes de tal lei complementar o artigo 14 do Código Tributário Nacional. (...) Em suma, o artigo 14, I a III, do Código Tributário Nacional dá plena eficácia e total aplicabilidade ao artigo 150, VI, c, da Constituição Federal.*

Na mesma esteira, Ives Gandra Martins<sup>3</sup> consigna:

*... a lei a que fez menção o constituinte é a lei complementar, como já a doutrina e a jurisprudência tinham perfilado no passado, representando o Código Tributário*

*Nacional tal impositor de requisitos. É que, se ao legislador ordinário fosse outorgado o direito de estabelecer condições à imunidade constitucional, poderia inviabilizá-la “pro domo suo”. Por esta razão, a lei complementar, que é a lei nacional e da Federação, é a única capaz de impor limitações, de resto, já plasmadas no artigo 14 do Código Tributário Nacional.*

Também Sacha Calmon Navarro Coelho<sup>4</sup>:

*... se a lei ordinária, federal, estadual ou municipal pudesse regular limitação ao poder de tributar da União, dos Estados e dos Municípios, assistiríamos ao despautério dos entes vedados regularem as limitações postas contra eles. Seria como permitir ao condenado o poder de dosimetrar a própria pena...*

Esta Suprema Corte, quando do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.028-DF, reconheceu que eventual regulamentação das hipóteses imunizantes previstas na Constituição dependem de Lei Complementar, por força da exegese do artigo 146 da mesma Carta. Embora extensa, permite-se transcrever parte da fundamentação esboçada pelo Ministro Marco Aurélio, referendada pelo Plenário:

*A toda evidência, adentrou-se o campo da limitação ao poder de tributar e procedeu-se - ao menos é a conclusão neste primeiro exame - sem observância da norma cogente do inciso II do artigo 146 da Constituição Federal. Cabe à lei complementar regular as limitações constitucionais ao poder de tributar.*

*A cláusula que remete à disciplina legal - e, aí, tem-se a conjugação com o disposto no inciso II, do artigo 146 da Carta da República, pouco importa que nela própria não se haja consignado a especificidade do ato normativo - não é idônea a solapar o comando constitucional, sob pena de caminhar-se no sentido de reconhecer a possibilidade de o legislador comum vir a mitigá-lo, a temperá-lo. As exigências estabelecidas em lei não podem implicar verdadeiro conflito com o sentido, revelando pelos costumes, da expressão “entidades beneficentes de assistência social”.*

Esta também é orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça:

RESP. nº 27.261-4/MG

Relator: Ministro Garcia Vieira

In Revista do Superior Tribunal de Justiça nº 48

Ementa:

*“Vedação ao Poder de Tributar - Instituição Social - Cumprimento - Requisitos Legais. A imunidade é instituída pela Constituição Federal e tem aplicabilidade imediata, independentemente de regulamentação. A questão se resume em saber se a instituição satisfaz os requisitos do artigo 14 do CTN.”*

1. Curso de Direito Tributário, 12ª Ed. 197/198

2. in parecer formulado a pedido de Parana Previdência, pág. 14, cópia em anexo.

3. Comentários à Constituição do Brasil, 6º vol., tomo I, São Paulo, Saraiva, 1990, p. 185

4. Imunidades Tributárias, in Imunidades Tributárias, Pesquisas Tributárias nº 4, coordenador Ives Gandra da Silva Martins, co-edição Centro de Extensão Universitária, São Paulo, RT, 1998, pág. 228.

Na mesma direção segue a corrente jurisprudencial dos tribunais regionais em todo o Brasil:

*Tribunal Regional Federal da 2ª Região*

*Segunda Turma*

*Apelação em Mandado de Segurança nº 24444*

*Relator: Juiz Castro Aguiar*

*Data da decisão: 23/05/2001*

*Ementa:*

*“Mandado de Segurança - Imunidade Tributária - Rendimentos Auferidos em Aplicações em Fundos de Investimentos.*

*I - Para efeito do disposto no artigo 150, VI, “c”, da Constituição considera-se imune a instituição de educação que preste atividades sem fins lucrativos e que se preencha os requisitos da legislação complementar específica (CTN).*

*II - Apelação provida.*

*Tribunal Regional Federal da 3ª Região*

*Sexta Turma*

*Recurso Ex-Ofício nº 97.03.025753-4*

*Relatora: Juíza Marli Ferreira*

*Publicação: DJ 17/03/1999, pág. 438.*

*Ementa:*

*“Tributário. Constitucional. Imunidade. Instituições Religiosas, de Educação e Assistência Social. Imposto de Importação e IPI. Artigo 9º, IV, alínea “c” e artigo 14 do CTN. Artigo 150, VI, alínea “c” da Constituição Federal - Falta de Prova.*

*1. omissis...*

*2. omissis...*

*3. A imunidade retira das pessoas políticas de direito interno competência impositiva tributária, em favor de pessoas ou atividades que tenham como finalidade assegurar as liberdades públicas do cidadão, ou atender às razões de existência do próprio estado.*

*4. Sociedade filosófica-religiosa não tem só por essa razão direito a invocar a imunidade tributária, sem que atenda os artigos 9, IV, alínea “c” e artigo 14 do CTN, assim como o Artigo 150, VI, alínea “c” da Constituição Federal.*

*5. Sentença reformada integralmente.*

*6. Remessa oficial provida.”*

*Tribunal Regional Federal da 4ª Região*

*Segunda Turma*

*Apelação Cível nº 2000.04.01.027274-4/RS*

*Relator: Juiz Wilson Darós*

*Publicação: DJ nº 215-E, 08/11/2000*

*Ementa:*

*“A imunidade só pode ser concedida pela Constituição, sendo exigido, para o estabelecimento dos requisitos à sua concessão, lei complementar, como estatuído no artigo 146 da Carta Política, pois a ela cabe regular as limitações constitucionais ao poder de tributar (CF, artigo 146, II).*

*Desta forma, os requisitos estabelecidos para a fruição da imunidade não são aqueles dispostos no artigo 55 da Lei nº 8.212, de 1991, mas sim no Código*

*Tributário Nacional, artigo 14, porquanto o mesmo possui força de lei complementar.”*

*Tribunal Regional Federal da 4ª Região*

*Segunda Turma*

*Apelação Cível nº 2001.70.08.001839-2/PR.*

*Relator: Juiz Dirceu de Almeida Soares*

*Publicação: DJ2 nº 68, 10/04/2002, pág. 512*

*Ementa:*

*“Tributário. Imunidade. Entidade de Caráter Assistencial e Filantrópico, artigo 195, parágrafo 7º da CF/88. Lei Complementar. Artigo 14 do CTN.*

*1. Embora a expressão isenção contida no parágrafo 7º do artigo 195 da CF/88, o Supremo Tribunal Federal (no julgamento da ADIN nº 2.028-5 de 14.07.1999), reconhece que a hipótese é de imunidade.*

*2. O artigo 195, parágrafo 7º, da CF/88 ao remeter à lei o estabelecimento das exigências legais para a concessão da imunidade, referiu-se à lei complementar, visto tratar-se de limitação ao poder de tributar (artigo 146, II, CF).*

*3. O Código Tributário Nacional, mesmo sendo lei ordinária em sua origem, foi recepcionado como lei complementar, sendo aplicável à espécie.*

*4. Afastada a aplicação dos artigos 1º, 4º, 5º e 7º da Lei nº 9.732/98, uma vez que restringem as hipóteses de imunidade estabelecidas pela Constituição.*

*5. Demonstrados os requisitos do artigo 14 do CTN, a entidade assistencial faz jus ao benefício da imunidade prevista no artigo 195, parágrafo 7º.”*

Assim, não há dúvida que, além de ser questão de justiça, o reconhecimento dos benefícios fiscais outorgados à Associação de Moradores da Rua Eugênio Link e Adjacências, por meio do projeto de lei em foco, seria decorrente até mesmo de sua condição de beneficiar-se da própria imunidade tributária, pois satisfaz os requisitos para reconhecimento, previstos *numerus clausus* no artigo 14 do Código Tributário Nacional a constar:

- não distribuir lucros (14,I);

- aplicar integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais (14, II);

- manter a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão (14, III).

No caso, a Associação de Moradores da Rua Eugênio Link e Adjacências, em razão de sua própria natureza jurídica, cumpre estes três requisitos, pois:

a) não distribui lucros ou subsídios de quaisquer espécies, mas reverte o que arrecada apenas para manter-se;

b) por força de lei, todo seu orçamento é utilizado na manutenção dos objetivos institucionais, exclusivamente no território do Estado do Paraná;

c) nos termos da legislação federal e estadual que regem suas atividades, mantém rigoroso registro contábil de suas receitas e despesas.

Desta forma, a mesma condição de ente de Utilidade Pública Estadual, que tem sido reconhecida a vários

entes que preenchem os mesmos requisitos, deve agora ser outorgada a Associação de Moradores da Rua Eugênio Link e Adjacências, que não só oferece trabalho de atendimento completamente gratuito de alfabetização e capacitação para jovens e idosos, como também promoção e contribuição para o desenvolvimento humano, cultural, social, econômico, objetivando a formação e o desenvolvimento da vida comunitária e bem-estar dos moradores.

Em anexo, documentação comprobatória.

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Barbosa Neto.

### ***Deputado Barbosa Neto (PDT)***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero protestar aqui, através do nosso pronunciamento nesta tarde e já estamos fazendo um requerimento à Mesa Executiva da Assembléia Legislativa, a fim de que possamos restabelecer uma situação que eu creio, possa ser benéfica para a educação, o ensino público do Estado do Paraná.

Eu fui procurado por um grupo de mães que estão preocupadas com a determinação da Secretaria de Estado da Educação para que, a partir do próximo ano letivo, seja realizado o projeto de geo-referenciamento a fim de que os alunos que residem próximos às escolas, tenham o direito de estudar nesses colégios estaduais. Num primeiro momento, é uma medida justa, é uma medida viável e que seria em benefício dos nossos estudantes, porém, não é isso o que nós estamos verificando na prática. O prejuízo pode ser muito grande para os estudantes, principalmente aqueles que já estão estudando em determinados colégios, longe inclusive, das suas residências, mas que familiarizados que estão com os seus professores, mesmo que essa metodologia seja universal em termos de conteúdo curricular, a diferença é que em determinados bairros ou em determinados colégios, há uma distância muito grande no que tange à prática e no que tange até mesmo, ao que é ensinado. Muitos colégios enfrentam problema de violência e alguns colégios são considerados de elite mesmo sendo estaduais, mesmo esses colégios tendo o mesmo conteúdo curricular. É justamente esse o equívoco que nós acreditamos que esteja sendo cometido por parte da Secretaria, esse geo-referenciamento pode ser utilizado sim, mas em anos subsequentes.

Nós temos que garantir o direito do jovem estudante, concluir naquele colégio em que ele está inserido, a sua contribuição e que ele possa ser diplomado e aí sim, esse novo geo-referenciamento seja respeitado. As mães desses alunos citam, por exemplo, o Colégio de Aplica-

ção, no município de Londrina. Lá um teste é feito para que os alunos possam ingressar, mediante classificação, para estudar nesse colégio que é bastante concorrido. O direito que esses alunos querem assegurado, é na verdade, o de continuar estudando. Ninguém aqui é contrário ao geo-referenciamento, mas os alunos que estão terminando o ensino fundamental, não vão poder continuar nesse mesmo colégio, por exemplo, para fazer o ensino médio. Isso vai ser de um prejuízo muito grande. Tanto é verdade que, os pais desses alunos ingressarão com uma medida judicial, na tentativa de conseguir um mandado de segurança, para que eles possam continuar esse estudo, para que não haja um prejuízo para os alunos, prejuízo pedagógico, prejuízo comportamental inclusive, porque esses alunos que serão transferidos das suas classes, para as escolas perto dos seus bairros, não estão acostumados, não estão familiarizados, até com algumas outras questões de violência, que até eu diria.

Que o geo-referenciamento seja realmente executado pela secretaria, mas que o direito adquirido daqueles que estão estudando possa ser mantido.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

O geo-referenciamento seja executado, para daqui dois, quatro, cinco anos, ou aqueles que estão dentro dessas escolas estudando, familiarizados com os professores, com os alunos, com os funcionários, com a grade curricular, possam ter o direito de terminar os seus estudos, concluir essa etapa dentro desse mesmo colégio, para daí sim, eles poderem ingressar em outro colégio, mas, depois que termine esse período extremamente importante. Será um prejuízo muito grande para esses jovens que estão na tenra idade. Jovens do ensino fundamental, do ensino médio, até porque toda a mudança, ocasiona problemas. Mesmo que essa mudança venha a ser para melhor.

Nós pedimos isso através de requerimento, que vamos protocolar nesta tarde, para que possamos evitar um prejuízo maior, para os alunos, para os pais, mas principalmente para o Estado e para as nossas crianças.

É o apelo que nós fazemos, na tarde de hoje, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

O próximo orador inscrito, o Deputado Nereu Moura.

### ***Deputado Nereu Moura (PMDB)***

O SR. NEREU MOURA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Subo à Tribuna, para parabenizar o Governador Requião pela eleição obtida, no dia 29 de outubro passado.

Uma eleição difícil, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, uma eleição disputada voto a voto,

uma eleição que do outro lado tinha um candidato forte, que no passado foi companheiro nosso, e, que tinha um lastro interessante e, por isso, essa eleição foi extremamente disputada.

Aí que reside, Sr. Presidente, o motivo maior da felicidade da vitória. Uma vitória de dez mil e poucos votos. Mas, é uma vitória. Porque a vitória pode ser por um voto, por dez mil votos, ou por cem mil votos, ou por um milhão de votos que é absolutamente a mesma coisa. Se numa disputa eleitoral, Deputada Elza, um candidato fizer um voto a mais ele ganhou a eleição.

Portanto é uma vitória expressiva e o Governador Requião que entra para a história do Paraná. Eu fiz uma pesquisa na história política do Paraná, e poucos políticos do nosso Estado, desde da época em que o nosso Estado tornou-se independente de São Paulo, tiveram o prazer de governar por três vezes. Alguns governaram por três vezes, mas em períodos curtíssimos, começando por: Vicente Machado, que foi Governador por três vezes, mas somou dois anos e quatro meses; Francisco Xavier da Silva que assumiu por três vezes, também em períodos pequenos; José Pereira dos Santos Andrade; Afonso Camargo, Caetano Munhoz da Rocha, Manoel Ribas, o interventor que por mais tempo ficou no Poder, durante dezessete anos; Moisés Lupion que governou o Paraná por nove anos; Ney Braga que governou o Paraná por oito anos; Jaime Lerner que governou o nosso Estado por oito anos e o Requião, eleito para o terceiro mandato, entra para a história do Paraná como único Governador emergido das urnas por três períodos de Governo neste Estado. Escreve a sua biografia, a sua história no mapa político paranaenses como único político a governar este Estado, um dos Estados mais importantes da Federação por três períodos de Governo.

E aí que reside Sr. Presidente o motivo desta minha participação aqui hoje. Dizer que quem ganha tem que ter a humildade para ganhar. Quem perde tem que ter a grandeza para saber perder. E nós, eu que sou companheiro do Governador Requião, fui eleito para o quinto mandato aqui nesta Casa, sempre pelo mesmo Partido, pelo PMDB. Eu que fui companheiro do Governador Requião ao longo da sua trajetória política, naturalmente fiquei feliz com essa expressiva vitória. Porque como eu disse do outro lado era um lado forte, de outro lado não tinha só um candidato forte, como tinham forças fortes, extraordinariamente fortes.

É daí que surge a nossa manifestação de alegria por essa expressiva conquista, que não é a conquista tão somente do Governador Requião, que não é a conquista do PMDB, mas é sim, a conquista de todos aqueles que conosco estiveram nessa caminhada. De diferentes Partidos, da sociedade, do Paraná, da comunidade do Paraná que se engajaram nesse projeto e que conosco estiveram para dar essa retumbante vitória ao Governador Requião.

Eu tenho visto na imprensa, de que daqui a quatro anos o Paraná vai eleger fulano, o Paraná vai eleger beltrano, daqui a quatro anos fulano de tal vai ser o líder.

Aprendi desde pequeno que na política uma hora é um século. A política é uma ciência dinâmica que não tem condições de fazer projetos para além de um dia. Imaginem os senhores e as senhoras, como faremos um projeto daqui a quatro anos se não sabemos se nós estaremos vivos daqui a quatro anos. O que é que vai acontecer. Quem é que vai liderar o Paraná. Quem é que vai ser a força política deste Estado. Se o Governador Requião sequer começou o seu terceiro mandato. Se o Presidente Lula sequer começou o seu segundo mandato.

Portanto, Sr. Presidente é abusar da futurologia, dizer que fulano, beltrano, a partir de agora daqui a quatro anos vão ser eleitos Governador desse Estado, Presidente deste País, sem primeiro esperar que os fatos aconteçam. Quero dizer a V. Exas. e aos Srs. Deputados e às Sras. Deputadas que acredito muito nesse Governo que se instalará no Paraná a partir de 1º de janeiro. Acredito no Governador Requião, que será um grande Governo, de grandes realizações, que vai continuar aquilo que deu certo, que vai melhorar aquilo que não fez certo. Que ao final desse período de Governo nós teremos força para disputar a eleição de novo, com os companheiros que estiveram conosco, com chances de ganhar, com chances e triunfar de novo, assim como nós temos vencido eleições neste Estado, sempre junto com os companheiros que nos acompanharam.

Por isso, Sr. Presidente, não nos desanima. Pelo contrário, nos estimula, porque nós acreditamos. E nós, que fazemos política, sabemos que não dá para se imaginar o que é que vai ocorrer amanhã, porque quando terminou o primeiro turno, todo mundo dizia: o Alckmin é o Presidente do país, o Osmar Dias é o Governador do Paraná. E, de repente as coisas mudaram e o Presidente Lula ganhou com mais de 28 milhões de votos e o Governador Requião venceu de novo a eleição.

Portanto, na política um dia é um século. Porque a política é uma ciência dinâmica. Porque a política anda com uma rapidez enorme e nós não podemos imaginar os fatos que ocorrem com tanta rapidez, o que vai acontecer amanhã ou depois de amanhã.

Quero dizer a V. Exa. que nós, eu particularmente, como Deputado Estadual, e tenho certeza de que é o sentimento de todos os meus companheiros e companheiras, jamais iremos, na verdade, tripudiar quem não esteve conosco. Afinal de contas, é eleição; é um movimento da democracia. O maior movimento da democracia. E é preciso respeitar a opinião daqueles que estiveram em qualquer lado ou em qualquer trincheira. Mas, é preciso respeitar quem foi eleito democraticamente pelo voto sagrado do povo, eleito numa eleição livre e soberana, quem se elegeu para governar.

E a democracia é muito clara, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; a democracia diz que o candidato - para ganhar - não tem que fazer cinquenta, cem mil, um milhão de votos a mais. A democracia diz que para ganhar basta um voto. E o Governador Requião foi eleito para governar mais quatro anos, com o nosso apoio, com

o apoio das pessoas que estiveram com ele e aquelas que não estiveram, mas que também querem que este Paraná dê certo, que este Estado progrida, avance, cresça, melhore e possa ser o Estado dos nossos sonhos, do sonho das nossas famílias, dos sonhos de todo o povo do nosso Estado.

Por isso, Sr. Presidente, sei que na verdade a eleição foi uma eleição difícil. E nós todos sabemos que perder uma eleição é doído, machuca. Mas, fazer o quê? Quem decide é o povo. E a voz do povo é a voz de Deus. Jamais faria qualquer reparo a qualquer Deputado ou Deputada que aqui se elegeu, afinal de contas, todos nós fomos para o vestibular das urnas. E nós chegamos aqui com o Governador Requião e o Vice-Governador Pessuti que chegaram ali, do outro lado da rua, pela maioria do povo do Paraná. O tempo, o futuro, a Deus pertence. Mas, o futuro pertence a nós também. E nós, paranaenses, homens e mulheres deste Estado, vamos ajudar a construir o Paraná que nós queremos, o Paraná progressista, o Paraná de uma qualidade de vida melhor. Vamos dar suporte para que o Governador Requião possa manter os acertos que teve, no governo, e possa corrigir as falhas que eventualmente teve na sua administração.

Mas ressalto aqui, Sr. Presidente, este marco que fica para a história e que ninguém vai apagar. O único Governador da história do Paraná eleito democraticamente, sem se servir da caneta para ser nomeado, eleito pelo voto do povo do Paraná para três mandatos consecutivos ao Governo do Estado, o Governador Requião faz história junto com seus companheiros, junto com a população que esteve sempre ao seu lado, como eu e tantos milhões de paranaenses que acreditamos no seu Governo, e que faremos coro aqui para dar-lhe apoio, sustentação política, para cobrar dele também para que acerte naquilo que seja imperioso, que acerte, que melhore, que conserte, para colocar este Paraná, este gigante, este Estado que é orgulho para todos nós, cada vez mais no prumo, cada vez melhor, cada vez mais progressista, cada vez mais com qualidade de vida para toda a nossa população.

Fica este manifesto, esta alegria incontida, não só por ver o meu companheiro Governador, mas por ver este projeto nacionalista, este projeto das políticas sociais, este projeto de um político firme, de um político que não se dobra, de um político que tem clareza, que tem firmeza, que sabe onde quer chegar, que sabe muito bem das suas responsabilidades, que tem uma inteligência rara, acima, bem acima da média da nossa população, um político que tem coragem, que tem peito, que tem firmeza, que comete falhas, que comete erros; mas que é preciso, acima de tudo, reconhecer no nosso Governador o grande homem que é, a grande estatura política que é, e que se insere na política paranaense como único Governador eleito democraticamente pelo povo do Paraná para ocupar por três vezes o Governo do Estado, e se Deus lhe der saúde e vida, terminar o terceiro Governo, computando doze anos como Governador do nosso Estado.

Obrigado Sr. Presidente, obrigado Srs. e Sras. Deputadas.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito, Deputado Dobrandino da Silva.

## ***Deputado Dobrandino da Silva*** **(PMDB)**

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna para comentar uma matéria do colunista Celso Nascimento, da Gazeta do Povo, que coloca uma frase mentirosa que eu tinha pronunciado na cidade de Foz do Iguaçu, e eu lamento que seja na Gazeta do Povo, que é um jornal conceituadíssimo no nosso Estado, ou o principal jornal, aonde tem acesso a grande maioria do povo paranaense. Parece-me que a Gazeta não se prestaria para isso. Eu já conversei hoje com os diretores da Gazeta do Povo, mas é preciso registrar aqui na tribuna da Casa que nós sabemos que essa matéria, uma matéria mentirosa, tendenciosa, vem da minha cidade de Foz do Iguaçu. Eu sei de onde veio. E eu iniciaria dizendo o seguinte: nessa eleição agora dos dias primeiro e 29 de outubro ocorreu um fato em Foz do Iguaçu, politiquero, que é preciso destacar.

Estes folhetos, Sr. Presidente, foram apreendidos no Diretório Municipal do PDT em Foz do Iguaçu, pela Polícia Federal. Eram distribuídos na rua milhares destes folhetos que fazem calúnias maldosas e tendenciosas do nosso candidato a Governador Roberto Requião. Para vocês verem o nível da campanha em Foz do Iguaçu.

Esse mesmo nível de campanha já aconteceu na eleição para Prefeito de Foz do Iguaçu, onde o atual Prefeito, que mora num prédio, mostrava o prédio em que eu moro, mostrava a casa onde mora meu filho Sandro, como se ele não morasse num prédio e não fosse o maior latifundiário da cidade. Foi uma campanha de baixaria, vergonhosamente.

Infelizmente, pelos acordos que fizeram, ficaram com todo o tempo da televisão, que eram dezoito Partidos. Nós não conseguimos nos defender e acabaram ganhando a eleição por um percentual de um e pouco por cento. Vergonhosamente, ele continua. Ele quebrou a Prefeitura. Está um desastre a Prefeitura de Foz do Iguaçu, fechou a Santa Casa, morre um por dia nas filas dos postos de saúde. É um desastre de administração.

O Governo Requião ajudou em tudo, deu três milhões de reais a fundo perdido para o hospital da cidade, que está sendo construído e ele, agora, na campanha, fazia todo tipo de malabarismo, dizendo que o Governo do Estado não ajuda em nada, está atrapalhando a cidade. Ele chamava os Presidentes de Bairros, fazia um teatro pedindo para que Deus ajudasse e não deixasse Requião ganhar, porque acabou com a cidade.

Diz o jornalista Celso Nascimento que no dia 29 de outubro, eu, Deputado Dobrandino, num colégio de votação, numa escola estadual do município, no colégio Airtton Senna, eu disse uma frase que não dá nem para colocar nesta tribuna sendo que nesse dia da eleição eu nem sequer fui a nesse colégio. Nós sabemos que a Gazeta do Povo está sendo usada pelo grupo, não vou dizer aqui, mas tem gente boa, meu amigo Deputado Reni Pereira que é de lá, mas ele sabe que há um grupo de canalhas em Foz do Iguaçu que quer denegrir a imagem dos outros e eu não posso admitir isso.

Já falei com a minha assessoria e meus advogados já estão entrando na Justiça contra o ato da Gazeta do Povo para que ela diga quem, na verdade, colocou essa mentira. Eu lamento e sei que não é coisa da direção da Gazeta do Povo, mas esse colunista deve ter se prestado para fazer aquilo que o Prefeito de Foz do Iguaçu tem feito, de forma politqueira e covarde, contra as pessoas que trabalham e fazem parte da história da cidade.

Quero dizer que eu tenho meus defeitos, como todos têm, mas ninguém pode negar que a maioria do que temos em Foz do Iguaçu de estrutura e que ajuda aquele povo fomos nós que fizemos. Claro, que outros poderão fazer e quero que façam, mas não admito que use, de forma covarde, esse tipo de método rasteiro contra as pessoas que trabalham.

Quero voltar à tribuna, novamente, trazendo os dados da forma que se encontra a Prefeitura de Foz do Iguaçu e os atos indecentes, imorais e corruptos praticados na Prefeitura de Foz. Trarei, nos próximos dias, para mostrar à população do Paraná quem está dirigindo a cidade de Foz do Iguaçu.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Próximo orador inscrito Deputado Elton Welter.

### ***Deputado Elton Carlos Welter (PT)***

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados, povo do Paraná.

Fomos vitoriosos no 2º turno. No 1º turno tive a oportunidade de ser reeleito, uma eleição muito difícil, mas estamos representando novamente o povo do Paraná. O povo nos reconheceu nas urnas. Quero atribuir essa vitória aos companheiros do PT, simpatizantes, alguns Prefeitos, Vereadores, com seus empenhos políticos nas suas bases para essa nossa vitória.

No 2º turno, quero tirar o chapéu para as nossas lideranças que têm uma visão de estadistas. Vou citar alguns exemplos:

Aqui na galeria, está o Prefeito Coquinho - José Roberto Côco - Prefeito de Formosa do Oeste, foi candidato a Deputado, é Prefeito desde 2005; naquela cidade o seu adversário é o PMDB, na política local. Na cidade de Guaíra, o Prefeito Fabian. Lá, a Maria Elci, que é do PMDB, também foi sua adversária. Na cidade de Vera

Cruz do Oeste, o Prefeito Pescador. O PMDB também foi seu adversário. Mas, esses Prefeitos - vejam só a grandeza deles - todos, sem exceção, abraçaram a campanha do Governador Roberto Requião. Uma visão política que nos orgulhamos. Por isso essa força, essa unidade inteira que temos.

Nós, do PT, eu pessoalmente estou orgulhoso das nossas lideranças, pela sua firmeza, pela sua visão, Deputada Elza, no sentido de espírito cívico e visão de Estado dos dois projetos que estavam em jogo.

Não vi militante do PT na campanha do Osmar Dias. Isso para nós é motivo de muita satisfação.

Agora, é claro. Estaremos no governo, participaremos, mas é fundamental que haja um entendimento político. Espero que haja uma grandeza do Governador no sentido de dialogar mais com a sua base aliada, fazer com que muitos programas que precisam ser executados para atender a demanda do povo do Paraná sejam atendidos.

Na minha concepção, estando no governo, é para estar de fato. No sentido como se fosse casando para não separar. Esse é o espírito do sentido de contribuir para que o novo governo seja um governo mais eficiente do que foi o primeiro.

Acredito que esse novo mandato, desde que haja mais interligação com as Bancadas que darão sustentação, terá grande êxito. E nós queremos fazer de tudo para quem ganhe com isso sejam de fato os paranaenses.

Quero falar mais um fato que marcou. O fato das dificuldades das eleições ou reeleições. Foi o abuso do poder econômico.

Enquanto não tivermos neste país regras mais claras com relação às eleições, fica difícil competir. Houve excessos. E aí nesse caso acredito que uma saída seria a sociedade organizada se organizar cada vez mais e fiscalizar os excessos cometidos por muitas candidaturas.

Por isso é difícil. Uma solução me vem e é clara: tem que haver igualdade de competição entre os Parlamentares que são candidatos nas chapas. Precisa ter o financiamento público das campanhas.

O que queremos e espero que o Congresso Nacional tenha essa grandeza, e aqui foram eleitos Deputados Federais, o André Vargas, Ângelo Vanhoni, que uma das primeiras tarefas do Congresso Nacional é fazer a reforma política. Ela é norteadora para aprofundarmos a democracia neste País. Democracia se dá com condições de igualdade, para todos que disputam. Acredito nisso. Acho que haverá um acordo, um entendimento político com todos os Partidos.

Desde já louvo, aqui, o pronunciamento do Presidente da República, quando fala que quer dialogar e vai fazer isso, com os mandatários eleitos, Deputados Federais e Senadores do PSDB e do PFL. Temos que ter uma agenda mínima e votar isso. Pensar na Nação, no País.

Por isso, acredito que esse segundo mandato também do Lula será de grande êxito, para todo o País, porque o Congresso Nacional, em função do que foi denunciado - acho que aprendeu uma grande lição. A

melhor lição é fazer uma reforma política decente e que orgulhe essa grande Nação.

## ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Não havendo mais inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Neivo Beraldin.

### ***Deputado Neivo Beraldin (PDT)***

O SR. NEIVO BERALDIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero também aproveitar, neste momento, para dar as boas-vindas a alguns Deputados, que por algum tempo não apareciam por aqui. Sejam todos bem-vindos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, solicitei a palavra no dia de hoje, para trazer ao conhecimento da Casa, mais uma vez bater na mesma tecla, dizendo o seguinte: nesse final de semana foram constatadas mais cinco mortes, nas nossas cavas, de onde a areia é retirada, formando-se cavas com grande profundidade, onde as pessoas vão para se distrair, passar o tempo, pescar e acabam sendo traídas por aqueles enormes buracos, onde centenas e centenas de vidas já se foram, exatamente, por causa disso. Mas não por falta de projeto.

Vejam, Sras. e Srs. Deputados, o Airton Cornelius, o então Diretor da Sudesul, encomendou um projeto sobre a questão das cavas do Rio Iguaçu. Esse projeto é de tamanha importância, que não pode ser desprezado pelos olhos dos governantes. A região Sul de Curitiba tem pouco espaço para o lazer. Aqui, temos o Parque Barigui, que seria uma miniatura do que seria o Parque Iguaçu.

Para V. Exas. compreenderem melhor, pela Marechal, indo ao aeroporto, a parte esquerda já foi feito o trabalho, tem o esporte náutico, espaço para o lazer, para o criame de peixe. Enfim, há um aproveitamento muito grande. À parte direita há uma armadilha de mais de vinte quilômetros, que acaba levando a vida das pessoas, sobretudo das crianças e dos adolescentes.

O Parque Iguaçu é de extrema importância, para atenção dos governantes. E também aquele espaço existente entre Pinhais e Piraquara. Ali, não sei a interesse de quem, se há possivelmente propina ou não, ou se há negociatas ou não, mas está tendo autorização dos órgãos responsáveis para a retirada da areia sem projeto. Então, quando não há um projeto, as cavas são as que mais levam o risco à vida das pessoas. Ambos os projetos identificam a possibilidade da integração das cavas, estabelecendo uma profundidade máxima de um metro e quarenta a dois metros de profundidade, possibilitando então o esporte, o lazer, o criame de peixes e tantos outros projetos que são possíveis de aproveitamento exatamente por esse espaço.

Agora, Sr. Presidente e Srs. Deputados, existe outro projeto que me parece de grande alcance social, sobretudo para aqueles que utilizam o ônibus em Curitiba e na Região Metropolitana de Curitiba, que se trata do projeto de transporte de passageiros em cima das linhas de trem que envolvem Curitiba e a Região Metropolitana. O então engenheiro Agache, em 1943, elaborou um projeto dizendo que no futuro o transporte de massa de Curitiba e da Região Metropolitana deveria ser pelos trilhos. Imaginem os senhores e as senhoras que o trilho parte aqui da estação central e vai até Araucária, o trilho parte e vai até Antonina - até Antonina vão os passageiros de trem, mas de Piraquara e Pinhais não pode vir de trem. O trilho vai até Tamandaré, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e temos inclusive o linhão da Copel, que liga a Renault a Curitiba, que é só colocar os trilhos, e temos inclusive do Tatuquara à Colônia Orleans também o linhão da Copel e é só colocar os trilhos e andarmos com um transporte de massa com hora marcada de saída e de chegada, por um preço barato. E não é um trem que buzina, mas é um trem silencioso. Esse trem desse projeto de viabilidade técnica e viabilidade econômica já foi elaborado pelo maior especialista de transporte de massa do mundo, chamado Peter Pavitchek, também em poder e análise do engenheiro Airton Cornelsen e sua equipe.

Muito bem, a Rede Ferroviária Federal possui onze metros e vinte centímetros de largura e com isso são possíveis três trilhos de trem, seja esse de carga que já existe, outro trilho que vai e outro que vem e onde há uma estação de passageiros de trem. Também nas conectores haverá uma estação de ônibus. Então, nesses onze metros e vinte centímetros cabe perfeitamente uma cerca viva, cabe um paisagismo, cabe a ciclovía e cabe aquela cerca que inibe o acesso dos animais e nos cruzamentos das ruas, simplesmente se prevê a construção de trincheiras, que são baratas.

Então, os trens usados na Europa, usados em São Paulo, Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro e Porto Alegre, são movidos a energia elétrica, com pneu de borracha e silenciosos. Agora não sei por que a comunidade de Curitiba e Região Metropolitana do Paraná não requer área ferroviária federal esse espaço para desafogar o trânsito de Curitiba, que está cada vez mais difícil, tendo em vista o grande fluxo de veículos que vem de Rio Branco do Sul, de Tamandaré, de Campo Largo, de Araucária, da Região Metropolitana, tudo acaba no centro de Curitiba. E isso não é possível continuar, temos que pensar em uma alternativa usando exatamente os trilhos, assim como fizeram outras capitais brasileiras. Mas, como é que vamos fazer para que esse tema se torne realidade?

Será que não daria, por exemplo, para tentarmos sensibilizar a união de esforços do Governo do Estado, Prefeitura de Curitiba, municípios metropolitanos, simplesmente em um único objetivo: atender o passageiro que paga caro pela passagem?

Mas, não é só o preço que ele paga pela passagem que está em conta, mas é o seu alto estresse, a sua enorme



dificuldade de acordar muitas vezes de madrugada, tendo que tomar um ônibus, levando uma hora, uma hora e meia, para chegar ao trabalho. Após a sua dura jornada de trabalho, ele tem que voltar nas linhas de ônibus para atender interesses de quem? De empresários, de grupos econômicos. Ou será que um dia as autoridades vão se sensibilizar e ver que esse caminho é o caminho da verdade, o caminho da correção. E ainda assim os governantes poderão dar a concessão para os donos de ônibus que estão aí hoje. Vamos dizer que o projeto, segundo o projeto, se auto paga em três anos, sem financiamento algum, cobrando setenta centavos a passagem. Prestem atenção: se auto paga. Então vamos dizer que nós temos uma vantagem, um desejo enorme de darmos àqueles que investiram no transporte, ao longo do tempo, vamos dar então a essas pessoas que detêm as linhas de ônibus a concessão para sete anos, oito anos, dez anos. Mas, vamos viabilizar a integração do transporte ferroviário com o transporte rodoviário.

Essa nossa intervenção, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é para deixar nos Anais da Casa não apenas um discurso que venha do improvisado das minhas palavras, mas são projetos que liderei. Enquanto pré-candidato a Prefeito de Curitiba, liderei uma equipe técnica multidisciplinar especializada nesses temas que acabo de relatar e que são perfeitamente possíveis, como também entendo serem possíveis em Curitiba as garagens subterrâneas. Eu não consigo entender por que na região do Centro Cívico não temos uma garagem subterrânea como tem em Buenos Aires, por exemplo?

Por que todos esses carros aqui em cima, se podemos ter flores?

Então, há muitas soluções que nós precisamos discutir com profundidade para o bem-estar social da nossa população.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, também aproveito este espaço que me resta na tribuna para - eu que sempre fui um crítico, sobretudo dos Conselheiros do Tribunal de Contas - enaltecer a atitude do Presidente do Tribunal de Contas, o Conselheiro Heinz Herwig, que finalmente colocou o dedo na ferida, falou o seguinte: têm mais de mil obras paradas no Estado. É preciso ver os projetos de engenharia com os projetos executados, porque o projeto licitado obedece ao projeto de engenharia. Mas, na prática nem sempre se cumpre aquilo que foi escrito pelos engenheiros, evidentemente aí vão pelo ralo as grandes somas de recursos com obras mal acabadas, obras feitas pela metade.

O Conselheiro Heinz Herwig, Presidente do Tribunal de Contas, deu uma entrevista no jornal Gazeta do Povo, no dia de hoje, falou em algumas emissoras de rádio e deixou claro que o Tribunal de Contas está mudando, está procurando ser o órgão efetivamente fiscalizador, não apenas denunciar aquilo que já foi pelo ralo, mas fiscalizar a execução das obras. Assim sendo, desde logo, eu lhe passo uma missão, ou um pedido, como queira entender: que repare as obras que estão sendo exe-

cutadas no litoral do Paraná pela Construtora Pavibras que já recebeu 109 milhões de reais e as obras não estão prontas. Simplesmente é necessário que o Tribunal de Contas determine aos seus técnicos engenheiros para que façam uma vistoria, *in loco*, para constatação da obra não realizada e obra recebida. Obra que recebeu como um acordo extra judicial 25 milhões de reais, obra que teve todos os seus reajustes contratuais e obra que não está executada ou parcialmente executada. Ainda há uma outra manobra da licitação, entregar a obra pronta, daí esta mesma construtora possui uma fábrica de manilhas, se não me engano Mundial, não sei o que, de Londrina, também não sei se esse material que está sendo colocado está sendo selecionado dentro dos critérios da qualidade necessária.

Eu poderia falar de tantas coisas mas essa do litoral do Paraná é uma obra que vai custar muito caro ao povo do Estado e vai custar muito caro a quem vai pagar a conta, lá na ponta, o povo do litoral que vai pagar esta obra!

Concedo o aparte ao Deputado Anibelli. Antes de tudo, Deputado Anibelli, minha garganta já está sofrendo, esse rapaz do som vai baixando, baixando o som, daqui a pouco ele vai a zero.

**O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)**

Estou acompanhando o seu pronunciamento, Deputado, vi o Conselheiro Heinz no Canal 21, li a sua entrevista e gostaria de saber de quem é essa Pavibras?

**O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)**

É de alguém de Londrina, não sei de quem.

**O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)**

É do Estado?

**O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)**

Obra do Estado, da Sanepar, via Paranasan.

**O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)**

E o litoral a mesma coisa?

**(Assentimento)**

Nós precisamos descobrir de quem é a empresa e quem sabe convocá-los, já que o Tribunal resolveu agora, depois do resultado da eleição, não sei porque as coisas acontecem só depois da eleição, porque poderia durante todo esse tempo o Tribunal de Contas mostrar quantas mil obras paradas, quantas obras aconteceram e não aconteceram. A privatização das estradas, o pedágio, nós temos e vamos passar o Brasil e o Paraná a limpo! Vamos ver quem são as pessoas sócias, quem são os que têm vantagem. Acho que nós temos que esclarecer, o Paraná e o Brasil não querem mais nada escondido embaixo do tapete, como diz o nosso grande Presidente Lula que no tempo do Fernando Henrique jogava-se tudo para debaixo do tapete. E nós queremos que o homem trabalhe, vamos deixar o homem trabalhar! Como o Requião

acho que volta amanhã a trabalhar, o Lula deve estar voltando hoje, vamos continuar cobrando, V. Exa. e nós aqui, para o bem do Paraná e o bem do Brasil.

Parabéns a V. Exa.

**O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)**

Muito obrigado Deputado Anibelli. Em 23 de janeiro de 2006 a Comissão de Fiscalização e Controle de Assuntos Municipais que eu presido aqui nesta Casa, solicitou da Sanepar todas as cópias e processos da fase que se encontrava da Pavibras. O que aconteceu? Aconteceu um equívoco de nossa parte, porque solicitamos as licitações de 2004/2005. Ocorre que esta licitação ocorreu em 2002. Então, em fevereiro voltamos à carga, solicitando de 2002 para cá.

**O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)**

Não era o pessoal que queria vender a Sanepar. Em 2002 não era o Governador Requião. Não era Camargo e Correia, não sei o que de Minas Gerais, aquele pessoal que achava que tinham vendido a Sanepar, a Copel e a privatização, eles queriam vender o Paraná para Santa Catarina. E parece que não conseguiram.

**O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)**

Quando o Governador Requião tomou posse, aqui, o primeiro elogio público que ele deu a um Parlamentar foi à minha pessoa, que lhe entreguei uma auditoria feita da Sanepar, o qual possibilitou que ele tomasse as medidas cabíveis o mais rápido possível. Mas hoje estou fazendo outro alerta. Em fevereiro solicitei então que me fossem remetidas as licitações, ordens de serviço, pagamentos, reforma de contratos, aditivos e tudo da Pavibras. Aí a Ouvidoria do Estado, Deputado Anibelli, pela primeira vez na história, solicita o processo na fase que se encontrava da Sanepar. E a ouvidoria não conseguindo auditar por falta de técnicos chamou o Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas colocou um parecer no Diário Oficial há quinze, vinte dias atrás sobre essa questão da Obra do Litoral dizendo o seguinte: que só era possível constatar de verdade os fatos se fosse feita uma auditoria *in loco*. Ou seja, engenheiros, gente responsável da área para fazer essa auditoria.

**O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)**

Aproveitando esse diálogo, estava me lembrando, no final do Governo Jaime Lerner, o Fernando Henrique repassou ao Paraná, não sei se 98 bilhões ou milhões, com que finalidade não me lembro. Repassou o dinheiro e o Governador Jaime Lerner pagou, parece-me as empreiteiras do Estado. Desviou a finalidade do dinheiro, que não me lembro se era Lei Candir ou a lei é depois. O Governador Requião está em Brasília e parece que o Presidente Lula vai liberar e o Paraná é o terceiro Estado a receber novecentos milhões de reais. Mas V. Exa. poderia ajudar o meu pensamento. Vamos ver se nós chegamos. Dezembro de 2002 o Governo Lerner foi a Brasília e

recebeu um caminhão de dinheiro, de dólar, internacional, para pagar algumas obras no Paraná e desviou todo o dinheiro para algumas empreiteiras, que talvez o Tribunal pudesse nos mostrar quem recebeu e por quê e quanto se levou de comissão para as empreiteiras que receberam esse dinheiro. Espero que V. Exa. ou o Deputado Greca ou alguém possa nos esclarecer. Ou até o Tribunal de Contas depois da Sessão. Se não chegarmos a um denominar comum poderemos voltar amanhã e vermos onde foi o dinheiro que veio do Governo Federal com o destino específico e foi desviado para pagar amigos companheiros de algumas empreiteiras no Paraná.

**O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)**

Não conheço esse assunto pessoalmente, porque na época não era Presidente da Comissão de Fiscalização. Mas fui Presidente da CPI do Banestado. E quinhentos e poucos milhões de reais de um empréstimo para sanear o Banestado não foram localizados. Essa pergunta poderia ser feita ao Reinold Stephanes, que foi Presidente do Banco também.

**O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)**

E nós vamos pagar durante trinta anos, no dinheiro de hoje, se não me falha a memória, trinta milhões por mês.

**O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)**

Cinquenta e cinco milhões por mês, corrigidos.

**O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)**

Corrigidos. Então dá para fazer quantos quilômetros de estradas asfaltadas?

**O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)**

Daria para fazer cinquenta escolas novas por mês ou construir quatro mil casas populares por mês ou comprar dois mil e quinhentos carros populares todos os meses.

**O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)**

E não alugar daquelas companhias. Aliás, o Tribunal usa muito a valorização daqueles carros alugados para o Estado, para beneficiar não sei a quem. Então, são coisas que nós temos que esclarecer. A eleição passou. Chega de discurso demagógico. Não seu, não meu. Temos que esclarecer a população, se quem elegeu o Requião ou quem estava iludido no time de quem era nosso adversário.

**O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)**

V. Exa. deve saber que eu tenho a perfeita compreensão que o segundo mandato do Governo Lerner foi extremamente ruim para o Estado. Ele aumentou a dívida do Estado extraordinariamente. Em torno de doze vezes a mais. Foi-se embora o Banestado. O Tribunal de Contas não viu. Quando convocado para depor, o seu Presidente,

e aí foram pensar para analisar, rejeitar ou aprovar as contas de todas as empresas do Banco do Estado, Banestado Leasing, Banestado Corretora. São quatorze empresas do Conglomerado Banestado. Tudo estava quieto. Tudo estava pacífico, inclusive o Banco Central e o povo foi onerando com essa pequena prestação e V. Exa. compreende perfeitamente que nós estivemos nove meses com a CPI do Banestado. Um trabalho árduo, uma equipe técnica competente. Os Deputados membros daquela CPI, certamente ficarão na história, porque estão todos no Livro ...

#### **O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)**

E V. Exa. também. Quantas vezes eu lhe fiz elogios desta tribuna, pelo trabalho que V. Exa. defendeu. Talvez o trabalho mais importante que esta Casa tenha apreciado, durante todos os anos de funcionamento, foi a defesa e a isenção com que V. Exa. agiu. Pagando com seus próprios recursos porque a Casa não lhe deu. V. Exa. teve uma assessoria competente e chegou às conclusões que chegou. Ninguém levou para diante o trabalho de V. Exa.

#### **O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)**

Deputado Anibelli, isso foi fruto de um relatório aprovado por esta Casa. Primeiro pela Comissão e quero sempre ser grato com os dez membros da CPI do Banestado. O relatório foi aprovado pela CPI e por esta Casa num dia histórico, onde estava presente o Judiciário, o Executivo. Relatório de mil, cento e quarenta e duas páginas, onde levaram à condenação muitas pessoas, algumas em segundo instância, outras presas, centenas com os bens indisponíveis. O Estado está buscando reaver os créditos tributários na ordem de dois bilhões de reais que tem em haver. Também reaver em torno de quatrocentos milhões de reais, da época, de juros extorsivos que a Caixa Econômica Federal cobrava do Banco do Estado, por ser um Banco público, para resolver o seu problema de caixa. Sinceramente, foram nove meses de trabalho.

Tivemos acesso ao Banco Central por ordem judicial. Analisamos as auditorias do Banco Central de dez anos. Analisamos as auditorias do Banco do Estado e no final, se transformou num livro: "Histórias de Corrupção e Ganância". Quem quiser conhecer o nome daquelas pessoas que lesaram o Banco, comprometeram as finanças do Estado, leiam esse livro, que está à disposição, já vendeu mais de seis mil cópias, no Estado do Paraná, é recorde de um trabalho elaborado, aqui dentro desta Casa, de uma CPI que deu resultado final. Não virou em pizza, e se transformou em livro.

Muito obrigado.

### ***Horário das Lideranças:***

#### **O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

Passamos ao Horário das Lideranças.

Antes porém queremos registrar e agradecer a presença do Deputado Federal Eduardo Seara. Esta Casa dá as boas-vindas.

Bloco PP/PSB. Bloco PTB/PL/PRB. Deputado Jocelito Canto, dez minutos.

### ***Liderança do Bloco PTB/PL/PRB: Deputado Jocelito Canto (PTB)***

#### **O SR. JOCELITO CANTO**

Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, quero registrar nesta tarde o passamento, aqui em Curitiba e foi velado e enterrado em Ponta Grossa, o empresário Luiz Carlos Blanc, que nasceu em Ponta Grossa, em 1934, e faleceu no último dia 02 de novembro de 2006.

O empresário Luiz Carlos Brank foi proprietário de uma rede de lojas de móveis, a famosa Casa Blank, cuja matriz esteve por muitos anos em Ponta Grossa. Foi diretor, em Ponta Grossa, da Sanepar, trabalhou no Estado, e foi um líder estudantil de muitas representações lá no começo de sua vida como estudante.

Aliás, foi durante o seu mandato como jovem estudante que venceu as eleições do saudoso Governador José Richa, como representante do interior do Paraná. Havia duas chapas, uma de Londrina liderada por Richa e uma pelo empresário e estudante Luiz Carlos Blank, de Ponta Grossa. Oportunidade em que o empresário acabou vencendo as eleições, vencendo o ex-Governador José Richa, quando começou a sua carreira política, a sua carreira estudantil, lá em 1945.

Então fica aqui o nosso registro, à família. Um grande empresário, homem de muito respeito que deixou o Paraná e Ponta Grossa.

O segundo assunto, Sr. Presidente, eu acompanhava aqui o pronunciamento do Deputado Neivo Beraldin que anda rígido nos seus pronunciamentos. Ouvi o Deputado Anibelli e, também, eu li essa notícia que está no jornal, hoje, que quase me deu dor de barriga quando eu li o pronunciamento desse competente Presidente do Tribunal de Contas do Paraná, o Presidente Heinz Herwig que está fazendo nesse momento muita publicidade sobre a transparência do Tribunal de Contas do Paraná.

A gente vê aqui notícias redigidas, notícias de que o jornal está fiscalizando, que o tribunal é o novo salvador da pátria do dinheiro público do Paraná.

Eu tenho que rir para não chorar! Por que o Tribunal de dois pesos e duas medidas, diferentes, para os pobres uma medida, para os políticos ricos outra medida. Infelizmente, o Tribunal de Contas do Paraná é assim.

Quando é um pobre coitado de um Prefeito, e geralmente, do interior, maior rigor da lei. Quando é um tubarão aqui de Curitiba, da capital do Estado, ou quando é um governador tubarão, daí o Tribunal de Contas ameniza e faz com ressalvas. Agora quando é de um pobre Prefeito lá do interior, eles desaprovam as contas, glosam o que quiserem glosar e ainda fazem discurso.

Espero que um dia, Deputado Neivo Beraldin, o Tribunal de Contas do Paraná, realmente seja o Tribunal de Contas do Paraná, e que seja justo com todos os políticos do Paraná, em questão de igualdade, não em ser mais amiguinho do outro, menos inimiguinho do outro. Tem que ser igual, tem que ser respeitado. Não como nós estamos vendo aqui hoje, Deputado Ratinho, - tenho que rir um pouquinho para não dar dor de barriga e ir para o banheiro - referente ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Tenho que dizer isso com toda a sinceridade, porque quando é um pobre coitado do interior, glosam as contas, fazem o que querem, mas quando é um magnata, um tubarão, um Prefeito da Capital, aleluia! Aprovam as contas até com ressalvas.

Queria deixar este destaque aqui nesta tarde.

Para fechar queria ler uma pérola da imprensa do Paraná. Ando acompanhando o posicionamento da Imprensa do Paraná. Vejo uma pérola na coluna da Gazeta do Povo de hoje. Sou um radialista, jornalista do rádio. Aprendi trabalhando de rádio em rádio, me aperfeiçoando com os companheiros de rádio e até bons jornalistas, que convivi e ainda convivo. Agora é de dar risada o que está na Coluna Olho Vivo, do jornalista Celso Nascimento. E que, Deputado Hermes, depois daquelas brigas em que o Requião perde a cancha, chama todo mundo daquilo que nós vimos, de onde que vem. Tem uma origem, e essa origem está na Gazeta do Povo de hoje. Quando vejo aqui a nota colocada por esse jornalista, quando ele ataca o nosso Líder do Governo Deputado Dobrandino. Quero até ler a coluna, porque adoro essas técnicas de fazer um comentário, não saber de onde vem, depois se pede desculpas, mas depois termina dizendo que o cara é culpado.

É mais ou menos assim: *O Deputado Dobrandino da Silva - Presidente do PMDB paranaense nega ser o autor da frase dirigida a Foz do Iguaçu, cidade da qual foi Prefeito, reproduzida pela coluna ontem. O jornalista, de forma brilhante, reproduz o que diz a frase: Está feito o reparo solicitado.* Ele diz que está reparando aquilo que pode ser um erro. Mas não sem antes lembrar que testemunhas confiáveis continuam afirmando tê-la ouvida por volta das quinze horas de domingo, dia 29 no Colégio Airton Senna, um dos mais movimentados locais de votação de Foz do Iguaçu.

Aqui está a técnica que a Faculdade ensina. A falta de humildade de um jornalista. Quando se escreve algo que não tem provas e se esconde atrás da fonte. Fonte que não pode revelar. Muitas vezes os jornalistas condenam algumas atitudes mais transparentes que os políticos tem que ter. Mas tem certos jornalistas, não são todos, é bom dizer que precisa também ter essa ética.

Aqui um ataque pessoal, frontal, covarde ao Presidente do PMDB, na veia, na garganta. Aí quando o Presidente pede - não falei isso. Aí o jornalista vem e diz: Não fez, mas é bom lembrar, repete a frase e no fim diz que fez e não fez e fica por isso, por aquilo.

É sempre bom lembrar e sei que tem alguns jornalistas que não gostam de mim. Isso não me preocupa porque eu aparecendo só quando tem coisa ruim, já está bom. Não precisa aparecer quando eu faço coisas boas. Vocês me colocando quando faço coisas ruins já está bom. A minha mãe sempre dizia “mal ou bem, falem de mim. Nem que seja ruim, me coloque na mídia sempre nas horas ruins. Não tem problema nenhum.

Quero fazer essa defesa ao Deputado Dobrandino. Esse jornalista deve ter estudado numa grande faculdade. Aprendeu a boa técnica do Jornalismo, ataca, pede desculpas e depois diz que V. Exa. é o culpado.

Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

No horário destinado à Liderança do PDT, concedemos a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

### ***Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto (PDT)***

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; eu também quero falar a respeito de uma notícia, uma nota triste que a imprensa nacional vem divulgando. Diz o título da nota: “Trauma com a ingratidão humana”

(Lê):

*Trauma com a Ingratidão Humana*

*O Senador Cristovam Buarque está traumatizado com a experiência de pedir dinheiro a empresários para a eleição presidencial. Entusiasmado com o livro Educação, pelo amor de Deus!, procurou o autor, Antônio Ermírio de Moraes. Recebeu um educado “não”. O pior aconteceu com uma indústria de papel que patrocina o Instituto Eco-Futuro. Cristovam chegou a doar os direitos autorais de um livro para o tal instituto. Foi recebido por um vice. Com frieza, nem sequer deixou Cristovam falar. “Já acabou nossa cota para candidatos”, avisou. “Se quiser, podemos vender nosso papel com 20% de desconto.” Com lágrimas nos olhos, o Senador foi embora. Sua dívida de campanha é de R\$ 2 milhões. Está vendendo as duas salas onde guarda sua biblioteca. Vai doar os livros. Está procurando palestras para levantar dinheiro.*

É a notícia. E, aqui, minha indignação. Ou talvez veria até nosso contentamento por saber que ao contrário de alguns candidatos que saem das campanhas com superávit, que fazem o caixa dois, que mascaram seus gastos, eu tenho a satisfação de dizer que votei em Cristovam Buarque, que apoiei sua candidatura. E ainda mais, tenho orgulho de ter trabalhado e pedido votos para um homem honesto, um homem digno de milhões e milhões de votos no nosso país. Um nordestino, de família humilde, que chegou em Brasília, foi aluno, professor, reitor de uma das maiores universidades do Brasil, a UNB, a Universidade Nacional de Brasília, é professor da Sorbone, talvez uma das maiores entidades do saber mundial. Foi Gover-

nador, Ministro, Senador, candidato à Presidência da República, que desempenhou um belíssimo papel. Conseguiu elevar o PDT a superar a cláusula de barreira e ser um dos seis Partidos com a força muito grande e com representatividade no Parlamento e no Congresso Nacional.

Belo papel. Melhor ainda saber que o Cristovam Buarque, apesar desta dívida se manteve limpo durante esta eleição. Um homem que foi para a disputa sem nenhuma coligação. Que conseguiu apenas ter o seu vice, outro homem honrado, que infelizmente está deixando a política, que é o Senador Jeferson Peres, do Amazonas. Os dois percorreram este País em aviões de carreira, ao contrário dos candidatos que se utilizavam de vôos de jatos fretados, ele fez uma campanha humilde, ficava em hotéis simples, três estrelas, algo impensável até para os candidatos que são apoiados por grandes empresários.

Tenho orgulho em ter votado no nosso grande Cristovam Buarque. E me faz, até traçar uma comparação com o grande personagem de Miguel de Cervantes, D. Quixote de La Mancha, que se uniu, junto com seu fiel escudeiro, Sancho Pança e saíram pela província da Mancha e outros Estados espanhóis para combater os inimigos com o seu cavalo rocinante, ou com o burrico de Sancho Pança, eles enfrentaram moinhos, foi um homem visionário, como é um visionário o nosso grande Cristovam Buarque, que não teve o seu discurso compreendido, infelizmente, pelo nosso País, um homem que travou uma batalha contra a ignorância, que previa e defendia apenas a escola de tempo integral.

Muitos diziam durante a campanha: “Olha, Barbosa Neto, eu não vou votar no seu candidato, candidato de um discurso de uma nota só”, diziam eles dentro das suas ignorâncias. Combater a ignorância no sentido de ignorar, de não compreender porque nós estamos nessa situação, um homem digno, um homem sério, que acredita, como eu também acredito, que só a educação pode fazer a verdadeira revolução neste país, só a educação pode construir pontes para que aqueles que hoje são vítimas na nossa sociedade, aqueles que sofrem porque estão numa condição que foi nos imputada e colocada por aqueles que estão no poder, e não querem que a luz do saber chegue até essas trevas, porque candidatos como Cristovam Buarque não têm espaço na mídia hoje porque não têm condições de ter o seu discurso compreendido pela maioria da população, justamente pelo fato da nossa população, boa parte dela miserável, boa parte dela analfabeta, não consegue ter a compreensão do discurso desse homem sério, honrado, honesto, que nós temos orgulho de defender e vamos defendê-lo tantas e tantas vezes.

**A Sra. Elza Correia (PMDB)**

V. Exa. me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Eu queria dizer que realmente o professor Cristovam Buarque é um nome para a gente respeitar sem-

pre. Tive o prazer de conhecê-lo quando era Conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, conversei inúmeras vezes com o Cristovam Buarque sobre a questão da educação no nosso País, e ficava realmente chocada quando eu via as brincadeiras, o deboche em relação a sua obstinação pela causa da educação, porque todas as pessoas que têm compromisso com o futuro, compromisso com a construção de uma história para este país, tem que levar em consideração a questão da educação.

Ele foi de fato um homem obstinado, corajoso, e o futuro, Deputado, com certeza absoluta, haverá de lamentar a ausência dessa nota, que dita a única nota, fará toda a diferença na construção dessa nova canção de educação, de cultura, de cidadania, de formação de cidadãos críticos; o que as vezes eu imagino que para alguns não sirva, porque enquanto houver analfabetos, enquanto houver pessoas que não têm condição de definir e decidir o seu destino, haverá com certeza absoluta também os oportunistas, os paternalistas, assistencialistas que se utilizam da ignorância popular para continuar no mando.

Então, eu lamento profundamente esse descaso e essa ausência de compreensão muitas vezes comandada, orquestrada, para tentar desqualificar um homem da grandeza do nosso Cristovam Buarque. Portanto, eu queria fazer coro a sua fala e manifestar o meu respeito, a minha consideração por essa grande liderança nacional.

**O SR. BARBOSA NETO (PDT)**

Muito obrigado pelo aparte da Deputada Elza Correia. E nós também lamentamos que tenha que sair com lágrimas nos olhos do gabinete de um mega empresário que...

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

V. Exa. tem mais um minuto para concluir.

**O SR. BARBOSA NETO (PDT)**

Muito obrigado Sr. Presidente. Queria pedir à Liderança da Oposição se ela pode nos ceder pelo menos alguns minutos. Deputado Valdir Rossoni, se V. Exa. não for utilizar a palavra, gostaria de pedir alguns minutos preciosos para V. Exa.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Com toda honra cedo a V. Exa. o tempo da Oposição.

**O SR. BARBOSA NETO (PDT)**

Muito obrigado, Deputado Líder da Oposição, Valdir Rossoni.

**O SR. PRESIDENTE (Pedro Ivo Ilkiv)**

V. Exa. tem mais dez minutos, Deputado Barbosa.

## ***Passa a usar o Horário da Liderança da Oposição***

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Gostaria de concluir esse nosso raciocínio.

Se por um lado nós lamentamos o fato de ser fechada a porta para quem foi Ministro da Educação e que concedeu para essa mesma empresa benefícios, como fez Cristovam Buarque, que chegou a doar os direitos autorais de um livro para esse mesmo instituto que lhe negou apoio na sua campanha para Presidência da República (isso leva às lágrimas um homem decente, um homem convicto de que a educação é a salvação nacional para o nosso país), por outro lado, temos que comemorar porque um homem que sai limpo de uma campanha e que vai, pasmem senhoras e senhores, vejam o paradoxo disso tudo, vai ter que vender as duas salas onde guarda a sua biblioteca para poder pagar o que gastou durante a campanha.

A campanha que foi, na verdade, não uma campanha eleitoral, não apenas uma disputa para Presidência da República, porque nós do PDT, nós que acreditamos que a educação é, realmente, a salvação para nosso país, não perdemos a eleição, estamos numa trincheira por uma causa, que é a causa do PDT, que foi a causa de Leonel Brizola, de Anísio Teixeira, de Darci Ribeiro e tantos outros homens dignos, honrados, que acreditaram, acima de tudo, na educação e que colocaram em prática a educação, como fez Leonel Brizola quando era Governador do Rio de Janeiro, quando era Governador lá do Rio Grande do Sul com a construção das Brizoletas, dos CIEP's do Rio de Janeiro, sob inspiração de Darci Ribeiro e graças ao Projeto de Anísio Teixeira. Nós conseguimos pelo menos mudar um pouco o conceito desse tema.

Temos certeza de que os livros que serão doados poderão levar a luz àqueles que estão nas trevas; aqueles que vivem, hoje, o obscurantismo; aqueles que acham que apenas um projeto paternalista, assistencialista possa ser o paliativo para que mudemos, definitivamente, a situação daqueles que estão na pobreza. Não a pobreza física, mas a pobreza das almas, da falta de visão de futuro.

Nós não desistiremos. O PDT vai continuar acreditando em homens como o nosso grande Cristovam Buarque. Tomara Deus que nós consigamos demover Jefferson Teres de desistir da vida pública para que ele possa ainda contribuir com o engrandecimento deste país, por meio da sua inteligência e da sua história de luta.

Vamos continuar acreditando e nos orgulhando de ter homens como Cristovam Buarque e até nos orgulhando de notícias como essa, que poderiam diminuir a figura do grande Cristovam Buarque, mas, pelo contrário, ele se engrandece no momento em que ainda acredita neste país, ainda que tenha que doar bens que lhe são muito caros, como os livros da sua biblioteca, mais valio-

so do que bens particulares; ainda que tenha que fazer palestras por este país e por este mundo afora para pagar o que gastou em campanha, mas vamos sim ter orgulho e satisfação de ter defendido a sua candidatura.

Vamos saber, tenho certeza, que o futuro vai lhe dar razão. Possam passar quantos anos que sejam passados, mas tenho certeza que um dia pelo menos a memória ou a honra desse grande brasileiro, que é o Cristovam Buarque, vai ser enaltecida e vai ser, acima de tudo, reconhecida pela nossa população.

Que passem dez, vinte anos, a necessidade da escola de tempo integral é premente, é iminente, é imperiosa. A semente foi lançada, não germinou nesta eleição, mas que não seja o Cristovam Buarque, que não seja o Jefferson Teres, outros brasileiros hão de colher os frutos ou desfrutar da frondosa sombra do saber universal garantindo as qualidades de vida, as condições para qualidade de vida digna para a nossa população.

Muito obrigado ao Líder da Oposição, Deputado Valdir Rossoni, por nos franquear o direito de utilizar nesta tarde, poucos minutos, mas preciosos tenho certeza, para que possamos registrar a solidariedade, o desagravo que fazemos na tarde de hoje. Nos solidarizarmos com o momento difícil que passa o nosso candidato derrotado nas urnas, mas vitorioso para todos nós brasileiros que temos a condição de analisar como um todo, a situação pela qual passa o nosso País. Esperamos que seja realidade no ano que vem, Deputado Elio Rusch, o aumento dos 30% de investimentos na área de educação se nem foram respeitados os 25% constitucionais, Deputado Tadeu Veneri. Esperamos que no ano que vem possamos ver alguns compromissos que foram assumidos em campanha se transformar em realidade para o nosso Estado do Paraná.

Muito obrigado Sr. Presidente Pedro Ivo.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança do PFL. PT, PSDB. Liderança do Governo.

(**Todas declinaram**)

### ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 03 (três) de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***Redação Final***

#### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 492/06, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, instituindo o reconhecimento de Utilidade Pública a Amatur - Agência de Desenvolvimento do Meio-Ambiente e Turismo, com sede e foro na cidade de Arapongas. **Aprovado. (Publ. no DA nº 109/06, de 09.10.06, em Projetos de Lei).**

#### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 495/06, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que altera o artigo 2º parágrafo 1º da Lei nº 15.290, de 22 de setembro de 2006. (Programa de Revitalização Fiscal das Empresas Paranaenses - Refispar). **Aprovado. (Publ. no DA nº 110/06, de 10.10.06, em Projetos de Lei).**

### ***3ª Discussão***

#### **ITEM 03**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 239/06, de autoria do Deputado Nereu Moura, declarando de Utilidade Pública a Escola de Futebol Pais e Amigos de Santa Fé, com sede e foro em Santa Fé. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda. **Aprovada. Projeto. Aprovado.**

#### **ITEM 04**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 442/06, de autoria do Deputado Duílio Genari, declarando de Utilidade Pública a Associação de Ensino Oehninger, com sede no município de Braganey e foro na comarca de Corbélia. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. Emenda. **Aprovada. Projeto. Aprovado.**

### ***2ª Discussão***

#### **ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 327/06, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, declarando de Utilidade Pública o Círculo Amore pela Itália, com sede e foro no município de Pato Branco. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

#### **ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 476/06, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, declarando de Utilidade Pública o CEMA - Centro Espírita Miguel Arcanjo, com sede e foro no município de Paranaguá. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 497/06, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, declarando de Utilidade Pública a Associação Nuclear de Apoio as Pessoa com Câncer do Paraná, com sede e foro em Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo**

### ***1ª Discussão***

#### **ITEM 08**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 353/06, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, declarando de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Comunicação Cultural e Artística de Jataizinho - Radio Comunitária Nova Geração, com sede e foro no município de Jataizinho. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 073/06, de 20.06.06, em Projetos de Lei).**

#### **ITEM 09**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 392/06, de autoria do Deputado Elton Carlos Welter, declarando de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Orgânicos de Terra Roxa - Apoter, com sede e foro no município de Terra Roxa. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 081/06, de 07.08.06, em Projetos de Lei).**

#### **ITEM 10**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 458/06, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, declarando de Utilidade Pública o Instituto de Saúde Pró Vida de Assaí, com sede e foro no município de Assaí. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 098/06, de 04.09.06, em Projetos de Lei).**

#### **ITEM 11**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 490/06, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, declarando de Utilidade Pública a Associação Projeto Vida, com sede e foro no município de Jaguariaíva. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 109/06, de 09.10.06, em Projetos de Lei).**

#### **ITEM 12**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 494/06, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, institui o reconhecimento de Utilidade Pública a Associação dos Produtores Rurais

de Cafeara - Aprocaf, com sede na cidade de Cafeara e foro na cidade de Centenário do Sul. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 109/06, de 09.10.06, em Projetos de Lei).**

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela Ordem, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

Sr. Presidente, queria, mais uma vez, reiterar aquele compromisso de “fio de bigode”. V. Exa. usa bigode, eu não uso, mas a palavra vale bastante. Há um compromisso desta Casa, de todos os Deputados, aqui presentes, de que votaremos o projeto de lei que regulariza a situação dos procuradores, nas universidades de Maringá, Ponta Grossa e Londrina. São somente doze ou treze procuradores que estão fora. Houve um compromisso público, do nosso Presidente Hermas Brandão e de todos aqui, que isso iria acontecer. Até o presente momento, o projeto não veio a esta Casa.

Volto a afirmar que compromisso é para ser cumprido e bigode é para ser honrado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

### **Requerimentos**

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2285, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2287, de autoria do Deputado Pedro Ivo Ilkiv, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2291, de autoria dos Deputados Luiz Carlos Martins, Plauto Miró Guimarães, José Domingos Scarpellini e demais Deputados, membros da Bancada da Oposição, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2293, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2294 e 2309, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2295 a 2306, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2307, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2308, de autoria do Deputado Caíto Quintana, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2310, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2311, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2312 a 2327, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2328 a 2340, 2347 a 2350 e 2352, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2341 e 2342, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2346, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2351, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, só para registrar que não pedi chamada nominal hoje porque a grande maioria dos Deputados está em Plenário e isso é muito bom.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Esta Presidência agradece o bom senso do Deputado Jocelito!

Gostaríamos de convidar os Srs. Deputados para o lançamento do livro “Porto de Paranaguá, Contribuição à História”, de autoria do Algacyr Morgenstern, a ser realizado hoje: às 18h00, no Salão Nobre do Centro Legislativo Presidente Anibal Khury.

### **Encerramento da Sessão:**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 07, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - das Proposições nºs 026/029 e 030/06.

2ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 053/06.

Levanta-se a Sessão.



**Publicações:****Programa de Demissão Voluntária****Pedidos de Adesão****PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA  
PEDIDO DE ADESÃO**

JANDIRA LUCIO DOS SANTOS, matrícula nº 40366, endereço: Rua São José dos Pinhais, Trav. 190, casa 08; bairro: Sítio Cercado - cidade de Curitiba; CEP: 81910-010 - PR. Remuneração mensal estimada em R\$ 2.222,06; CPF: 354.846.679-68; telefone: 33498414; lotação: Coord. Serv. Especiais; data de nascimento: 03/10/43.

Solicito ao Sr. Dr. Abib Miguel, mui digno Diretor Geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 515, de 01 de setembro de 2005, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: Servente NBA-03.

Curitiba, 06.11.06.

(a) JANDIRA LUCIO DOS SANTOS

**PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA  
PEDIDO DE ADESÃO**

MARIA DOLORES CORREIA, matrícula nº 40350, endereço: Rua Manoel Eufrasio, 1331; bairro: Centro Cívico - cidade de Curitiba - PR. Remuneração mensal estimada em R\$ 2.222,06; CPF: 561.690.519-49; telefone: 3254-3011; lotação: Coord. Serv. Especiais; data de nascimento: 26/11/43.

Solicito ao Sr. Dr. Abib Miguel, mui digno Diretor Geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 515, de 01 de setembro de 2005, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: Servente NBA-03.

Curitiba, 06.11.06.

(a) MARIA DOLORES CORREIA

